
HISTÓRIA E IDEOLOGIA

NA DÉCADA DE 30

Tese de Mestrado Apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CARLOS HENRIQUE
DAVIDOFF DAS CHAGAS C.

Campinas, 1970

para

ICLÉIA

e

para

João e Bety

AGRADECIMENTOS:

.Paulo Sérgio M. S. Pinheiro, pela orientação.

.Maria Hermínia Tavares, José Luiz Fiori e, especialmente, Carlos Estevam Martins pelo incentivo e apoio dados ao desenvolvimento deste trabalho.

.FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo incentivo.

Í N D I C E:

- .CAPÍTULO I : Introdução Bibliográfica e Localização do Problema
- .CAPÍTULO II : Os Anos 30
- .CAPÍTULO III: A Ideologia da Conciliação na Década de 30
- .CAPÍTULO IV : A Ideologia Autoritária na Década de 30
- .CAPÍTULO V : Considerações Finais
- . BIBLIOGRAFIA

Este trabalho insere-se no estudo do que, globalmente, podemos chamar de pensamento político brasileiro. Especificamente ele tratará de duas correntes desse último, as quais denominamos de ideologia da "conciliação" e ideologia autoritária. Antes de delinear os parâmetros e, por conseqüência, os limites deste trabalho, discorreremos sobre os trabalhos mais recentes que têm focado essa área do conhecimento.

A ideologia e o regime autoritário foram objeto de um amplo estudo por parte de Bolivar Lamounier em "Ideology and Authoritarian Regimes: Theoretical Perspectives and a Study of the Brazilian Case".

A primeira parte do trabalho está voltada para o debate em torno da definição do conceito de ideologia, em seu plano mais geral. No primeiro capítulo são abordadas as idéias de Manheim, Clifford Geertz, George Lichteim, Gabriel Colm, Fernando Henrique Cardoso e Willard Mullins. No segundo capítulo o autor discute a questão da ideologia no contexto da análise política, a qual se desdobra, no terceiro capítulo, no enfoque da relação entre ideologia e institucionalização do poder, onde são discutidos Antonio Gramsci, Louis Althusser e Max Webber. Finalmente, no quarto e quinto capítulos é analisada a proposição da abordagem de ideologia como fonte de poder em contextos de convergência e polarização.

Na segunda parte do trabalho discute-se a questão da ideologia em regimes autoritários e, nos dois capítulos que a compõem, um debate às idéias de Juan Linz, enquanto o outro estabelece um modelo alternativo de análise ao de Juan Linz.

A terceira parte, composta de um capítulo aborda o problema do autoritarismo e atitudes de massa, e é embasada numa pesquisa levada a efeito em Salvador, durante 1970 e 1971.

Na quarta e última parte do trabalho, Bolivar Lamounier trata da emergência e da sedimentação da ideologia autoritária de Estado, no Brasil.

Esta última temática é desenvolvida e sistematizada num outro texto, do mesmo autor, denominado "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação". Aqui Bolivar Lamounier analisa a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade brasileira o que, por sua vez, estaria ligado à constituição de um novo sistema ideológico dominante, o autoritário, cuja estrutura básica seria a que se segue:

1. predomínio do princípio estatal sobre o princípio de mercado;
2. visão orgânico-corporativista da sociedade;
3. objetivismo tecnocrático;
4. visão autoritária do conflito social;
5. não organização da Sociedade Civil;
6. não mobilização política;
7. elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política;
8. o leviatã benevolente.

Após a composição desses oito itens básicos, o autor discute-os isoladamente com o objetivo de retomar, ao final, a idéia de formação do sistema ideológico autoritário na Primeira República.

Outro autor que recentemente tem trabalhado com a temática

tica referente ao pensamento político brasileiro é Wanderley Guilherme dos Santos, com os trabalhos: "A Imaginação Político-social Brasileira", publicado em DADOS 2/3 e "Raízes da Imaginação Política Brasileira", publicado em DADOS 7.

No primeiro desses artigos o autor elabora uma listagem dos "trabalhos mais significativos dedicados ao exame da história do pensamento político-social no Brasil", a qual reproduzimos:

- .1943-AZEVEDO, Fernando de - A Cultura Brasileira - Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil - Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro.
- .1950-MENEZES, Djacir - "La science politique au Brésil au cours des trente dernières années" in UNESCO - La Science Politique.
- .1955-COSTA PINTO, L. A., e CARNEIRO, Edson - "As Ciências Sociais no Brasil" - CAPES - Série Estudos e Ensaio, 6.
- .1955-a-GUERREIRO RAMOS, A. - "Esforços de Teorização da Realidade Nacional Politicamente Orientados, de 1870 a nossos dias" - conferência no I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo.
- .1955-b-GUERREIRO RAMOS, A. - "O Inconsciente Sociológico, Estudo sobre a Crise Política no Brasil na Década de 30" - Cadernos do Nosso Tempo, 4.
- .1956-MENEZES, Djacir - "La Sociologia en Brasil" in Gurvitch, G e MOORE, E. (eds.) - Sociologia del Siglo XX - edición argentina ampliada con estudios sobre la sociologia en países latino-americanos, bajo la dirección de Oreste Popescu - Tomo II - Editorial El Ateneo - Buenos Aires.
- .1956-AZEVEDO, Fernando de (coordenador) - "As Ciências no Bra

sil - Ed. Melhoramentos - São Paulo - 2 volumes.

- .1956-FERNANDES, Florestan - "Ciências e Sociedade na Evolução Social do Brasil" - Revista Brasileira, nº 6.
- .1957-FERNANDES, Florestan - "Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil" - Anhembi, vol.VII nº75/76.
- .1958-FERNANDES, Florestan - "O Padrão do Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros" - Estudos Sociais e Políticos, 3 - Universidade de Minas Gerais - Belo Horizonte.
- .1961-GUERREIRO RAMOS, A. - "A Ideologia da Ordem" in a Crise do Poder no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Comentando criticamente o critério de seletividade e serialização que os autores listados utilizam para circunscrever o pensamento político-social brasileiro, Wanderley Guilherme dos Santos ressalta o aspecto linear das seqüências e um outro que subjaz essa linearidade, ou seja, a serialização por etapas. Os autores citados, com raras exceções, alinharam o pensamento político-social brasileiro segundo esquemas do tipo: pré-científico - científico, pré-institucional - institucional, postura que levaria a um descaso pela análise efetiva dos textos em prol de uma rotulação segundo o molde das etapas, montado a priori.

No segundo artigo sobre o tema, o autor tenta retomar o conceito de "imaginação política" a fim de defini-lo mais rigorosamente, e tenta, também, configurar a estrutura dos "padrões de explicação" que prevalecem na "imaginação política brasileira" desde a viragem do século até a época atual. A característica básica que o autor salienta nos referidos "padrões de explicação" é a da abordagem por agregados de oposições. A imaginação político-social brasileira se manifestaria, notadamente após 1930, através de abordagens dicotômicas

cas, isto é, diferentes pensadores formulariam análises sobre a realidade brasileira compostas por idéias fechadas e dicotômicas em relação a outros e o poder de persuasão e a perícia pessoal seriam utilizados para reforçar as posições contrárias.

Na Universidade Estadual de Campinas, desenvolve-se, também, um trabalho sobre o pensamento político brasileiro, por parte de Michel Debrun, e que lida, como instrumental analítico, com o conceito de arquétipos ideológicos.

Outro autor que pesquisa, atualmente, a temática referente ao pensamento político brasileiro é Jarbas Medeiros. O seu objeto específico constitui-se no pensamento autoritário brasileiro e, na Revista de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, encontram-se os textos que já publicou sobre o referido objeto de pesquisa.

Tratam-se de estudos preliminares, atidos a um levantamento sistemático das idéias desses pensadores e não há, nessa primeira etapa da pesquisa, intuits interpretativos por parte de Jarbas Medeiros.

Lidando com métodos ligados à psicologia e à antropologia sociais, porém com um objeto afim à área atinente ao pensamento político brasileiro, há o livro de Dante Moreira Leite - "O Caráter Nacional Brasileiro" -, onde o autor lida com a hipótese de que as teorizações que percorrem a História brasileira, sobre a existência de uma personalidade nacional, só podem ser entendidas como ideologia. Nessa perspectiva, Dante Moreira Leite aborda desde os textos da fase colonial até o nacionalismo da década de 50.

A partir de um prisma ligado à historiografia há o estudo de Carlos Guilherme Mota, que realiza uma pesquisa crí-

tica sobre a produção cultural brasileira de 1930 até a década de 70. Há um artigo sobre este trabalho, ainda não publicado, do próprio Carlos Guilherme Mota na revista "Debate e Crítica" nº 5, de março de 1975, sob o título: "A Historiografia Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: Tentativa de Avaliação Crítica".

Se atentarmos para a listagem de Wanderley Guilherme dos Santos acerca dos autores que lidaram, direta ou indiretamente com a temática referente ao pensamento político brasileiro, notaremos que os anos 50 circunscreveram um número significativo de obras a ela ligada. Se retroagimos à década de 40 ou avançamos para os 60, rareia esse tipo de trabalho. A hipótese genérica que pode ser acionada acerca da localização cronológica dos referidos estudos, nos anos 50, relaciona-se à existência de um contexto histórico-nacional-desenvolvimentista, ao qual ligava-se um grupo de intelectuais, participantes, em geral do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que realizaram esforços de recuperação e sistematização do que poderíamos chamar "pensamento político-social brasileiro".

Como lembra Wanderley Guilherme dos Santos, as premências nacionalistas de vários matizes daquele entrecampo histórico permeiam a maior parte dos trabalhos citados, que acabavam por fazer do pensamento político-social passado simples etapas para a sua cristalização, que seria levada a efeito, em última instância, pelos próprios pensadores nacionais-desenvolvimentistas.

Na abertura dos anos 60, acompanhada por uma paulatina quebra nas crenças sobre a estabilidade estrutural do regime populista, notadamente associada ao período Juscelino Kubis-

tcheck, e aliada às próprias fissuras que a realidade começava a mostrar, vamos encontrar o ISEB cindido, em termos de orientação estratégica global e, concomitantemente, uma significativa baixa nas produções do tipo "recuperação do pensamento político-social brasileiro". Com o agravamento posterior da crise do regime populista, o advento do regime militar intervencionista e os anos que se seguem à sua implantação, há um hiato profundo, no campo das Ciências Sociais, no tocante ao tratamento do tema. Basicamente, acreditamos que tratava-se de um momento de transição que trazia consigo a dissolução de determinados padrões, tanto históricos quanto teóricos, que orientaram a elaboração das obras dos anos 50, num momento, ainda, aonde não se forjaram novos referenciais para repensar a problemática atinente ao pensamento político brasileiro.

À medida em que os estudiosos de Ciências Sociais, no início dos anos 70, se apercebiam da especificidade do regime que se implantara em 1964, o que, por sua vez, contribuiu a por aclarar, também, em diversos patamares, e sob novos ângulos, as questões-chave da História contemporânea brasileira (não, é óbvio, as soluções), tornaram a se criar condições para retomar o estudo do pensamento político brasileiro. Talvez, pois ainda é pouca a distância histórica, a principal característica dos novos estudos (que citamos anteriormente) sobre o tema seja a procura do que há de específico na produção político-social brasileira, dado que é plenamente perceptível, em cada um deles, o esforço para evitar não só a comparação abusiva com modelos de produção político-social de outros países, como também a reedição de modelos nacionais dogmáticos. Não é necessário frisar que os modelos e esquemas de

análise continuam existindo (e, portanto, as discussões e debates), pois sem eles seria impossível o trabalho intelectual. O que, contudo, a nosso ver, ressalta é a busca da especificidade, dado importante a unificar, em diversos graus, a produção atual sobre o tema.

É nessa perspectiva, a de procura dos caracteres específicos e demarcatórios, que constituem o pensamento político brasileiro, que este trabalho se insere.

O termo "pensamento político brasileiro" é demasiado amplo e essa amplitude de significados que ele é capaz de englobar pode levar a confusões tanto de exposição quanto de leitura. Quando nos referimos a esse termo, uma série de questões assomam: como delimitar o que define "o pensamento político", frente a outros tipos de pensamento, o econômico, o sociológico, o antropológico etc...? são irrelevantes ou não os condicionantes sociais desse pensamento? se o forem, as produções de diferentes grupos sociais podem ser unificadas sob o mesmo conceito? é mais eficaz, ou mais de acordo com a disponibilidade de informações que se tem ficar circunscrito à análise interna do discurso ou há validade na tentativa de correcioná-lo com a História e as suas bases sociais?

Quanto à primeira questão, parece-nos que há duas ordens de fatores a se considerar. A primeira delas diz respeito à existência de um modo acadêmico de estabelecer a diferenciação disciplinar. Aqui, a tendência formal, mas também com efeitos concretos, é a de compartimentar as áreas de conhecimento, e, nesse nível, é pertinente a referência a uma temática específica concernente, por exemplo, ao pensamento político. No plano concreto essa atomização varia em larga escala na sua efetivação. Num ponto extremo teríamos os tra-

balhos com alta dose de especialização e que pouco recorreriam a áreas afins. No outro extremo teríamos os trabalhos com alto grau de interdisciplinaridade que, em geral, são tidos como objetivo ótimo a ser atingido, ainda que os primeiros, dependendo do objeto de estudo, tenham que se circunscrever à especialização.

Em nosso caso, as duas alternativas são viáveis para realizar o trabalho. A primeira opção seria possível na medida em que tomássemos, por exemplo, autores academicamente circunscritos à área do pensamento político e utilizássemos um instrumental teórico tido como próprio à Ciência Política. Objeto e método ficariam ligados à perspectiva da análise política. Contudo, no plano do objeto de estudo esse fato não ocorreu (mesmo porque as circunscrições formais são enganosas). Selecionamos para a pesquisa autores que ligam-se a diferentes áreas do conhecimento. Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, representantes do que denominamos a "ideologia da conciliação" têm suas idéias relacionadas à Sociologia, à Antropologia, à História e à Ciência Política (num grau menor).

Ao nível do método, no entanto, os abordamos a partir, basicamente, de prismas referentes à Ciência Política, ainda que lançando mão, no limite que nos é possível, de conceitos históricos, sociológicos e econômicos. Oliveira Viana e Azevedo Amaral, abordados como pensadores ligados ao que denominamos "ideologia autoritária", já têm suas proposições e análises mais afins com a Ciência Política e menos com a sociologia e a Economia, por exemplo. O método para analisá-los repete o utilizado para os pensadores representativos da "conciliação".

O que decorre do que dissemos é que a nossa opção de

trabalho parte de um núcleo básico ligado à Ciência Política, no plano metodológico mas que, ressalve-se, lança mão de conceitos de outras áreas. No que diz respeito ao objeto de trabalho, a opção foi elástica, apesar dessa elasticidade acabar por remeter, ao final das contas, a um prisma de análise política.

Passamos a expor a metodologia que rege o trabalho e que responderá às outras perguntas que colocamos anteriormente.

Pelo fato da temática que abordamos ter recebido, no total, pouca atenção dos estudos políticos, sociais e históricos, os enfoques preocupados com a sistematização, arrolamento, descoberta de fontes "primárias" etc..., são de grande valor. Este é o caso, por exemplo, de Jarbas Medeiros, já citado, que vem publicando artigos que sistematizam a obra de vários autores por ele denominados como "autoritários". Contudo, ressurte-se, nesses artigos, além da ausência de uma análise interpretativa, no plano mais geral, também, de particularidades mais específicas frente às diversas correntes de pensamento autoritário. Alinhar, sob um mesmo conceito, autores, como Plínio Salgado, Oliveira Viana e Tristão de Ataíde, por exemplo, significa encobrir diferenças significativas. No que toca ao nosso trabalho, na parcela referente à ideologia autoritária, a perspectiva é a de evitar a incursão por esse caminho ainda pouco conhecido e que exigiria, para ser tratado, um trabalho de pesquisa que foge aos limites deste estudo. Optamos por selecionar, para pesquisa, os pensadores autoritários-desmobilizadores, no caso, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, com o que os diferenciamos do autoritarismo mobilizador presente no movimento integralista e do autoritarismo cris

tão representado por Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataide, por exemplo. Um estudo comparativo entre essas vertentes do pensamento autoritário é tarefa aberta para o futuro. O mesmo problema de matizes pode ser colocado, também, para a ideologia da "conciliação". Como se verá adiante, definimos, como tal, o pensamento que propõe a existência de um "Ser" brasileiro caracterizado pela miscibilidade, pelo pacifismo, cordialidade e plasticidade, elementos que seriam legado do Brasil agrário e que constituiriam a base de uma sociedade harmônica e integrada. Os autores que selecionamos como representativos dessa corrente, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, constituem um marco possível de delimitação. A partir dele outras séries de problemas podem ser abertas. Para exemplificar, fica em aberto a questão do estudo do processo que constituiu, historicamente, essa linha de pensamento, bem como a dos desdobramentos posteriores dessa visão da realidade brasileira nos diversos planos da vida nacional. Por outro lado, a abordagem das "passarelas" entre o que chamamos de pensamento conciliatório e o pensamento autoritário forneceria um importante veio de pesquisa; e, neste caso, o exame da obra de Cassiano Ricardo (notadamente de "Martim Cererê" e a "Marcha para o Oeste") seria de grande valia.

Ainda nessa perspectiva, e num patamar mais ousado, a creditamos que o próprio trabalho comparativo e integrado entre o pensamento conciliatório e o movimento Modernista abriria importantes espaços de análise. Porém, para este escrito nos circunscrevemos à delimitação anteriormente exposta.

Após essa demarcação inicial do nosso objeto, a resolução seguinte foi a de tratá-lo, primeiramente, num trecho histórico específico: a década de 30, o que implicou em traçar as características básicas do período, importantes, a

nosso ver, para delinear as condições concretas que circunscurem as ideologias analisadas.

A composição das principais forças sócio-políticas, detectadas em função da análise histórica, permitiria efetuar a mediação seguinte, que se constitui na tentativa de estabelecer as ligações de classe da ideologia da "conciliação" e da ideologia autoritária. Nessa medida, e voltando às questões levantadas anteriormente, procuramos estabelecer uma articulação entre pensamento e base histórica-social.

É ponto assente que esse prisma de análise mostra dificuldades de grande monta, pois a "problemática das mediações", em Ciências Sociais, constitui-se em questão controversa e ainda muito pouco esclarecida. Todavia, essa constatação não deve levar o estudioso a uma postura de imobilismo frente a ela. É necessário assumir os riscos desse empreendimento e oferecer, assim, elementos para o debate e, possivelmente, para o enriquecimento das soluções paulatinas e cumulativas dessa mesma problemática.

Para percorrer essa trajetória mostrou-se necessária a escolha dos conceitos dos quais lançaríamos mão para abordar, num duplo movimento, ambas as ideologias e a própria alternativa para a mediação com o que chamamos base histórico-social. Os que se mostraram mais pertinentes foram os de Estado e Sociedade Civil, que se tornaram o núcleo em torno do qual alinhamos os dois pensamentos. Qual a visão de Estado (e regime) e Sociedade Civil veiculada pela "conciliação" e pelo pensamento autoritário? Frente aos pólos de poder, na década de 30, qual o significado de classe daquela visão? A que interesses ela servia ou poderia, em determinadas condições, servir? A hipótese básica que percorre esse trabalho é que a "conciliação" expõe uma concepção de Estado e Sociedade Civil

que, nos anos 30, correspondia aos interesses de preservação das oligarquias agrárias num momento em que estas veem redefinida sua posição, tanto na estrutura produtiva, quanto no bloco no poder. Por sua vez, a ideologia autoritária, a nosso ver, representou, numa conjuntura específica, localizada entre 1935 e 1942, a ideologia do conjunto da burguesia brasileira, já que oferecia um ideário capaz de "cimentar" as práticas necessárias para reestruturar a dominação burguesa, num momento de crise.

Dessa hipótese básica decorre que entendemos essas duas correntes do pensamento político brasileiro como componentes da ideologia dominante, no Brasil, já que o espaço de interesses que elas recobrem situa-se no interior das frações da burguesia brasileira. Decorre também que descartamos (em função de pergunta levantada por nós anteriormente) a possibilidade de enquadrar as produções de diferentes grupos sociais sob um mesmo conceito. A denominação geral, pensamento político brasileiro, portanto, para adquirir validade, deve ser matizada em função do pensamento específico de cada setor da sociedade a que ele se refere.

Finalmente, na última parte do trabalho, ao lado das observações finais, procuramos discutir, à luz da pesquisa e fetuada, alguns problemas que dela decorrem.

Esses os parâmetros e consequentes limites do trabalho efetuado. Trata-se de uma primeira aproximação com esse objeto de estudo, onde o objetivo básico é estabelecer uma hipótese possível de trabalho, num campo ainda indevassado e com múltiplas possibilidades de pesquisa.

1. ANTECEDENTES

Em meados do século XIX o problema básico era rearticular internamente a economia, com base em um novo produto de forte aceitação no mercado internacional, para que se estabelecessem, sob formas atualizadas, as ligações com as áreas centricas. A resposta a essa injunção advém da ascendente fração cafelista que, inserindo-se numa conjugação favorável de diversos fatores, consegue alçar o seu produto como o principal da pauta de exportações brasileira. Contudo, essa resposta traz consigo uma série de modificações que atuam no sentido de desdobrar uma fase de transformações expressivas no tocante ao processo de surgimento da indústria no Brasil.

O excedente econômico gerado pelo café é alocado no sentido da diversificação da estrutura produtiva do país, em aspectos específicos, como numa incipiente produção de bens de consumo não-duráveis, na criação de serviços públicos mais sofisticados e no implemento de obras infra-estruturais.

Por sua vez, a introdução do trabalho assalariado permite a criação de um incipiente mercado interno, dispõe recursos humanos para a mão-de-obra industrial e exige uma gerência de traços empresariais mais caracteristicamente capitalistas da empresa agrícola cafelista, ao mesmo tempo que as articulações do cafeicultor com a finança internacional se dão num nível extremamente mais complexo que aquelas existentes no ciclo açucareiro, o que implicou na criação de um sistema diversificado no tocante às questões de financiamento, estocagem, venda do café, exigências de consumo de bens importados etc.

No tocante à esfera política, o intuito da fração cafelista, nas últimas décadas do século XIX, é se apoderar do comando estatal, através de uma fórmula que garantisse a São Paulo ampla autonomia para lidar com o processo regionalizado da produção de café e, nesse sentido, a ideologia que vai servir de instrumental para o alcance desse objetivo é liberal-democrática, que traz vantagens fundamentais para o fortalecimento desse setor (como para o conjunto dos setores agrários): na medida em que se extraía da ideologia liberal-democrática o aspecto federalista como fundamental, ficavam asseguradas as condições para concretizar a autonomia da então província. Por outro lado, a existência do sufrágio universal permitiria o controle político da população rural, baseado no esquema coronelístico, já que a população de São Paulo, aliada a outro estado populoso (que, no caso, foi Minas Gerais), permitiria, com desafogo, controlar não só o nível decisório regional, mas também federal.

O mando hegemônico que detém a fração cafelista, após o curto intervalo de permanência dos militares no governo, (1889-1894), solidifica-se, em bases mais fortes, com o estabelecimento da política do café-com-leite, durante o quadriênio Campos Sales. Com o estabelecimento das regras do jogo de alianças, dentro da classe dominante, tem-se a institucionalização do mando coronelístico, por um lado, e da predominância, na cena política nacional, das frações das classes dominantes situadas em São Paulo e Minas Gerais.

As primeiras contestações à esquizofrenia existente no sistema político brasileiro da República Velha, manifesto na incompatibilidade entre as práticas de domínio de classe do tipo coronelístico e o aparato jurídico-formal, de caráter de

democrático, começam a se fazer sentir no início da segunda década do século. A "campanha civilista" marca mais como aceno no sentido de chamar a atenção para aquela dicotomia, do que como programa organizado e sistemático de luta contra as referidas contradições relativas do nosso sistema político; o primeiro ato político de maior peso que se dirigia em oposição às características do domínio coronelístico. Contudo, não se tratava nem de oposição radical por parte de Rui Barbosa em relação ao universo agrário brasileiro, em suas bases fundamentais, nem da ação de um D. Quixote caboclo, pois as bases de apoio político que sustentavam sua Campanha podem ser bem delineadas (setores da oligarquia paulista e baiana) e mostram que as críticas ao sistema, em realidade, não visavam um ataque ao seu conjunto, mas, bem mais, uma junção de interesses intra-oligárquicos que, através do ataque a certos pontos dos mecanismos que marcavam as engrenagens políticas da República Velha, tinha em vista objetivos finais marcadamente "governistas". Aliás, a contradição entre o aparato jurídico formal do país e as práticas concretas de dominação sempre formaram um manancial de argumentos para as frações da oligarquia que se viam fora do poder e que, tão prontamente o retomavam, esqueciam-se da contradição, para só retomá-la como arma de luta quando novamente se visse marginalizada do poder.

Contudo, é inegável que a "campanha civilista" acabou por levar o debate do tema aos principais centros urbanos, onde se encontravam segmentos das camadas médias que, se por um ângulo não possuíam um projeto elaborado para se colocar na cena política, poderiam se compor em aliança com os setores oligárquicos ligados à "campanha civilista" e apoiar reivindicações referentes ao voto secreto, à honestidade das e-

leições, ao questionamento da prática de verificação dos poderes, à exigência de uma representatividade mais concreta etc... (ainda que os objetivos finais dessas reivindicações fossem, em última instância, governistas).

É na década de 1910, também, que surgem as primeiras obras teórico-ideológicas que realizam uma crítica profunda ao coronelismo. É Alberto Torres quem as produz e é através delas - A Organização Nacional e o Problema Nacional Brasileiro - que critica o mando oligárquico e propugna um Estado altamente centralizado e com amplos poderes de decisão que poria fim aos males da regionalização extrema do poder político com as conseqüências que isto implicava.

Alberto Torres, enquanto ideólogo inserido na longa duração, está vinculado tanto ao desenvolvimento da ideologia autoritária, no Brasil, quanto ao processo de corrosão de hegemonia das oligarquias e ao embasamento ideológico para a posterior criação do Estado Novo.

Rui Barbosa enxergava uma solução para essas questões numa fidelidade maior aos preceitos constitucionais, enquanto Alberto Torres só vislumbrava soluções para esses impasses na criação de um Estado forte e centralizado.

"Era contra essa concepção de Estado espectador ou do Estado fatalista que Alberto Torres se rebelava. Defendia, por isso, um governo forte, o que vale dizer um governo que atuasse, que influísse e que dirigisse. Um governo presente ao choque de interesses dos grupos particulares. Um governo intervencionista e não abstencionista ..."(1)

(1) SOBRINHO, Barbosa Lima - A Presença de Alberto Torres, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

Na década de 20 o questionamento político da República Velha assume novas características que serão fatais ao sistema. As brechas que começam a se formar no bloco de poder, que se traduzem a um nível imediato em dissensões regionais, assentam as condições para a ruptura, em 1930, da ordem política estabelecida, em suas bases, pela fração cafelista paulista, que foi a principal força motriz de implantação da República e que assumira o papel de força hegemônica, de maneira clara, em 1894.

Cabe lembrar que, se não fossem as cisões ao nível do bloco no poder, pouca possibilidade tinham os tenentes para romper a ordem constituída, dado que seu embasamento político na Sociedade Civil era bastante estreito e, por outro lado, representavam um segmento apenas da corporação militar e não todo o seu conjunto:

"Após se envolverem na luta em 1922 por puro 'esprit de corps', eles aos poucos desenvolveram reivindicações que atendiam a interesses de forças novas surgidas na sociedade, mas mesmo a adesão destas forças não bastava para derrubar a ordem republicana. A política dos estados cairia por uma rebelião de estados, bem aproveitada pelos tenentes e seus simpatizantes dentro do exército" (2).

O fim da República Velha está articulado, também, a um processo de diversificação da estrutura produtiva, que aponta no sentido da industrialização:

(2) CARVALHO, José Murilo de - "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador", in Cadernos DCP, Deptº Ciência Política, UFMG, 1974, nº1.

"O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à 'Crise de 29'" (3).

O complexo cafeeiro dá ensejo à criação de novos setores no quadro produtivo que, à medida em que se desenvolvem, vão se constituir em elementos propulsores da etapa posterior do desenvolvimento industrial brasileiro que se localiza por volta de 1933.

No entanto é necessário ter em conta que a matriz da qual se desmembra a indústria é a da agricultura cafeeira e que, somente quando o padrão de acumulação embasado nessa estrutura é questionado, tanto a partir de uma política cumulativa de proteção artificial aos preços do café quanto em função da demanda externa é que os outros setores da economia, gerados a partir da matriz-café, vão ter redefinidos seus papéis no conjunto da economia nacional.

Não fosse a política de valorização que percorre os dois ciclos longos do café (1886-1918 e 1919-1929) o processo de diversificação da estrutura produtiva, gerado, em grande parte, em função da dinâmica imprimida pelo núcleo ligado ao café, esbarraria em dificuldades de peso para responder, criativamente, às demandas que se colocariam diante de uma "debacle" do café a mais curto prazo.

A Revolução de 1930 tem de ser encarada, em função do

(3) MELLO, João Manuel Cardoso de - "O Capitalismo Tardio", Tese de Doutorado, Mimeografada, 1975.

que dissemos anteriormente, a partir de alguns prismas fundamentais, sem o que corre-se o risco de deixar escapar o aspecto de catalizadora que ela assume frente a processos que já se encontravam, de forma latente, inseridos no próprio bojo do que se convencionou chamar de República Velha.

A transição entre as duas Repúblicas é marcada, paulatinamente, pelos seguintes aspectos:

- a) esgotamento de um determinado padrão de acumulação, cuja matriz era assentada na atividade cafelista e, pela crescente importância da indústria na estrutura produtiva nacional;
- b) cisão ao nível do bloco no poder que está articulado ao declínio do referido padrão de acumulação e que vem à luz através de uma luta intra-oligárquica;
- c) presença, no processo de transição, de forças políticas com um grau relativamente maior de expressão, representadas por setores da camada média, que, por sua vez, só obtiveram a citada possibilidade de expressão política enquanto caudatárias de um processo crítico cujo cerne era definido, em última instância, pelos interesses, expectativas, fricções e conflitos internos às frações da burguesia agrária;
- d) participação de um segmento da corporação militar (que como uma instituição global não tem uma participação no conflito que deva ser confundida com a dos tenentes) que participa ativamente da contestação à República Velha e que vai fornecer quadros, posteriormente, para a criação do Estado Novo;
- e) ascensão da burguesia industrial que, é importante frisar, é condicionada a um limite relacionado com a posição peri

férica do Brasil. A importância persistente do setor agro-exportador, a divisão internacional do trabalho entre os países cêntricos e a periferia, a ausência de uma produção de bens de capital, o predomínio da indústria de bens de consumo não-duráveis, a estreiteza do mercado constituem-se em fatores inibidores para que a ascensão da burguesia industrial brasileira, nesse período, possa ser acompanhada de uma expectativa à hegemonia, no plano político;

- f) mudança paulatina do eixo de influência das áreas cêntricas que se desloca da Grã-Bretanha para os Estados Unidos.

2. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

O novo período que se inaugura, grosso modo, em torno de 1930, caracteriza-se por apresentar como característica-chave mudanças múltiplas no processo de consolidação da dominação burguesa, no Brasil.

Ao nível econômico, o traço principal que se configura a partir deste momento é a mudança paulatina do eixo da acumulação da agricultura para a indústria. Isto significa que a indústria passa a assegurar, a partir de uma perspectiva relativamente mais autônoma, as condições de sua reprodução e expansão. Contudo, esse movimento a que nos referimos não pode ser assimilado, sob nenhum ângulo de análise, ao papel que jogaram as burguesias dos países centrais nas "fases heróicas". O tipo de industrialização que se desenvolve no Brasil é o da industrialização restringida. O setor produtor de bens de consumo não-duráveis implantara-se anteriormente à criação de um setor de bens de produção, que poderia, se implantado sob outras formas, eventualmente ter criado bases mais favoráveis pa

ra o desenvolvimento de um capitalismo autônomo se as condições em que surgiu a indústria paulista não tivessem historicamente descartado essa possibilidade. Na inexistência de um setor ligado à produção de bens de capital, os outros setores industriais vão depender das economias centrais para obtenção de parcela significativa do capital constante, o que, por si, já demonstra uma das características importantes da industrialização que se insere no período pós 30 - sua incapacidade para se auto-prover de bens de produção e sua dependência estrutural em relação às empresas internacionais que monopolizavam a produção de bens de capital.

Na medida em que o pólo de acumulação deslocava-se do setor primário para o secundário, é consequência lógica que uma das tarefas para sustentar esse deslocamento fosse o assentamento, ainda que em bases precárias, de um incipiente setor ligado à produção de bens de capital. Porém, num quadro empresarial onde o industrial girava em torno de um duplo limite - manutenção conservadora das bases tecnológicas de sua indústria e exploração máxima da mão-de-obra - ao qual se aliava uma incapacidade de capitalização em larga escala, era improvável que partisse dos industriais a propulsão de um movimento no sentido da constituição de uma indústria pesada brasileira. Por sua vez, é preciso não esquecer que o industrial da época, como lembra Bóris Fausto, apesar de apresentar pontos de fricção com os setores agrários, nas questões de base acaba por se aliar ao setor, como aconteceu no significativo episódio da participação dos industriais na Revolução de 1930:

"Mal esboçada a disputa, as principais associações industriais de São Paulo lançavam um mani

festo, com data de 30 de julho de 1929, publica-
 do com grande destaque na primeira página do 'Cor-
 reio Paulistano', apoiando a candidatura Júlio
 Prestes. O documento era assinado, sem designa-
 ção de nomes, pelo Centro das Indústrias do Es-
 tado de São Paulo, Centro dos Industriais de Fia-
 ção e Tecelagem, Centro das Indústrias de Pape-
 lão, Centro do Comércio e Indústria de Madeiras
 de São Paulo, Centro dos Industriais de Papel do
 Estado de São Paulo, União dos Fabricantes Nacio-
 nais de Papel, Associação dos Industriais e Co-
 merciantes Gráficos, Centro dos Industriais de
 Calçados de São Paulo. O apoio não ficava em u-
 ma declaração formal, mas anunciava a intenção
 da grande indústria de arregimentar 'politicamen-
 te o setor e a área sob sua influência. 'Assim-
 dizia o documento - no cumprimento de um dever
 cívico, cogitam (as indústrias paulistas), a de-
 formar, com elementos seus, um grande corpo e-
 leitoral, cuja organização ficará a cargo do Cen-
 tro das Indústrias do Estado de São Paulo, com
 a coadjuvação dos outros centros que vão tomar
 parte neste movimento' " (4).

No tocante à dependência em que a indústria brasileira
 se encontrava das burguesias dos países centrais, é preciso
 destacar que ela acarreta, não só a necessidade incontornável
 de que o maquinário e os equipamentos sejam importados por
 parte dos industriais brasileiros, mas também, ela se mos-

(4) FAUSTO, Bóris - A Revolução de 1930, Historiografia e His-
 tória, Editora Brasiliense, São Paulo, 1970.

tra como um ponto de estrangulamento de grande porte, na medida em que o fosso existente entre as indústrias de bens de capital dos países centrais e as possibilidades do Brasil com patibilizar a instalação de um núcleo mínimo desse setor com o padrão tecnológico dos referidos países centrais era muito grande para que fosse "coberto" por via endógena.

"...o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada" (5).

Se por um lado, a indústria ganha importância crescente por outro trata-se de uma indústria ligada aos quadros de uma dependência estrutural e de uma burguesia industrial que preferia atacar nas frentes de produção e consumo tradicionais, levar a cabo uma estreita parcela de diferenciação do parque industrial e, no fundamental, de uma burguesia radicalmente diferente daquela encontrada na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX ou nos EUA do século XIX. A burguesia industrial brasileira não era portadora de uma ideologia, que por sua vez teria que estar, em maior ou menor grau, embasada num poder auto-propulsor, capaz de gerar alternativas para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e auto-sustentado. No fundamental, ela pagava seu tributo por sua posição localizada num capitalismo retardatário e, mais grave para suas possibilidades e limites, periférico.

Como se pode observar, tratava-se de uma problemática complexa e que vai se estender por toda a História Contempo-

(5) MELLO, João Manuel Cardoso de - op. cit.

ránea, no Brasil, articulada ao problema da industrialização. Resumidamente: a indústria passa a ser o novo pólo de acumulação dentro da economia brasileira. Por sua vez, trata-se de uma industrialização retardatária e periférica que engendra uma burguesia acanhada e desprovida de motivações no sentido da inovação, em todas as frentes. Como resolver o impasse político que está no centro dessas contradições - desenvolver o processo de industrialização sem uma burguesia industrial forte o suficiente para empolgar o comando político do referido processo?

É diante dessa problemática que o Estado, paulatinamente, acumula poderes intervencionistas e decisórios de maior amplitude e que encaminham-se na direção de um aumento de funções, iniciativas e papéis que visam a suprir as deficiências estruturais da burguesia industrial periférica brasileira, no tocante às possibilidades de criar as condições de reprodução ampliada do capital industrial.

Mesmo nas chamadas vertentes democrático-liberais clássicas de desenvolvimento capitalista não podemos nos deixar iludir pela aparente ausência de um Estado intervencionista, já que, seja na etapa de acumulação primitiva, seja em momentos críticos para a dominação burguesa, essa instância reage às injunções e necessidades colocadas pela consolidação da ordem burguesa:

"Não houve jamais, é certo, estágio algum do capitalismo em que o Estado não conservara um papel econômico importante: o 'Estado liberal', simples Estado-gendarme do capitalismo de competição, tem sido sempre um mito" (6).

(6) POULANTZAS, Nicos - Fascismo e Ditadura, Siglo Veintiuno Editores S/A, México, 1971.

O problema do peso relativo do Estado, frente às tarefas burguesas, se torna mais complexo quando enfocamos o processo de estabelecimento do capitalismo em países que encaram esse processo já no momento em que esse encontra-se, ao nível das nações mais industrializadas, em sua etapa imperialista. Nesse caso vamos encontrar Itália, Alemanha e Japão, países que, na falta de bases sociais relativamente fortes para, por si próprias, açambarcarem a maior parte das tarefas concernentes à consolidação do capitalismo (e o que torna mais grave o problema numa fase em que os desníveis de acumulação entre as nações já industrializadas e as retardatárias formam um vazio de grande amplitude) vão ter no Estado uma instância vital para a consecução de seus interesses. Interesses que se abrem num leque que vai desde a necessidade do Estado promover o processo de acumulação e concentração de capital, passando pela injunção do Estado agir como mediador de uma aliança de classe com os setores agrícolas tradicionais, dominar o movimento operário e articular um movimento militar-expansionista que permita à burguesia desses países ocupar, à força, um lugar de maior peso na cadeia imperialista.

"Com efeito, o imperialismo, considerado como estágio do conjunto do processo capitalista, não se limita a modificações que afetem tão somente o domínio econômico, como por exemplo a concentração monopolista, a fusão do capital bancário e do capital industrial em capital financeiro; a exportação dos capitais; a obtenção de colônias por simples razões "econômicas" etc... De fato, estes dados "econômicos" determinam

propriamente falando, uma nova articulação do conjunto do sistema capitalista e, por ⁴isso mesmo, modificações profundas da política e da ideologia.

Estas modificações afetam por sua vez cada formação social nacional e as relações sociais ao nível da escala internacional ... Assistimos aqui a um fenômeno de uma importância decisiva; trata-se do papel novo do Estado capitalista que concerne por sua vez a suas funções novas, à extensão de sua intervenção e ao índice de sua eficácia, papel que está precisamente assinalado pelas modificações econômicas desse estágio" (7).

Nos parece fora de dúvida que o Estado tem uma importância de base no processo de consolidação do capitalismo em suas diversas vias, sobretudo quando se tratam de países que emergem na cadeia imperialista nas condições italiana, japonesa e alemã.

Entretanto, no caso brasileiro e, mais especificamente, na década de trinta, ao constatarmos o descompasso entre as tarefas que o desenvolvimento capitalista colocava para a fração industrial da burguesia e as possibilidades de resposta de classe que essa suportava e ao observarmos o papel que o Estado vai assumir diante dessas tarefas, não devemos, de modo algum, confundir esse quadro com aquele existente nos elos fracos da cadeia imperialista (Alemanha, Itá

(7) POULANTZAS, Nicos - op. cit.

lia e Japão) pois que, tratava-se, no nosso caso, de um país que se compunha no sistema como componente de uma área condicionada à exploração neo-colonial e não de um país que se colocava como competidor frente aos países imperialistas e à política de divisão dos impérios neo-coloniais, como é o caso da Alemanha, da Itália e do Japão. Ainda que a burguesia desses países mostrassem aspectos de fraqueza relativa, quanto ao modo de se compor com os setores agrícolas tradicionais, frente à necessidade de estabelecer um projeto hegemônico para a Sociedade Civil como um todo, ou para submeter, por si, o movimento operário, o fato é que essas burguesias eram débeis frente ao quadro das burguesias das nações imperialistas, o que, afinal de contas, não impediu que esses países atingissem o estágio imperialista já no início do século.

No caso brasileiro, a burguesia industrial estabelece sua fragilidade em relação a outro quadro de referenciais. Inere-se, por um ângulo, através dos condicionantes de seu surgimento e de suas próprias condições de reprodução, nos quadros de uma economia do tipo agro-exportador.

Por outro ângulo, depende das áreas cênicas para a obtenção de máquinas, equipamentos, peças de reposição e determinados insumos industriais. Por outro lado, o horizonte dessa burguesia industrial não ultrapassa os limites do ganho imediato e do aproveitamento máximo dos meios de produção em disponibilidade.

Tomando em conta esses aspectos diferenciais entre a burguesia brasileira e a de outros países que tiveram um capitalismo tardio, é necessário reter que o desenvolvimento industrial que toma novos contornos a partir dos primeiros anos da década de 30, além de ser retardatário é periférico e, portan

to, sofre de todas as limitações inerentes a essa situação histórica. Diante desse quadro, o Estado assume um papel relevante no processo de consolidação do desenvolvimento industrial, papel esse que tem que ser entrevistado a partir dos condicionantes históricos específicos que o cercam, no Brasil.

Partimos de uma perspectiva ligada ao enfoque do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos anos 30 e o articulamos a uma problemática político-ideológica que nos parece de vital importância: de onde, e passando por que canais, seriam dadas as respostas políticas e às justificativas ideológicas para a promoção do processo industrializante? Vimos que o Estado vai assumir um papel relevante como centro de respostas e como canal de difusão das mesmas no sentido de sua aplicação concreta. Mas o Estado, enquanto assume essas funções, o faz em articulação com os interesses de classe que se aglutinam em torno dos seus aparelhos.

A partir de 1937, a burguesia industrial consegue se alçar, paulatinamente, a posições privilegiadas no tocante a aspectos referentes a crédito, cotas especiais de importação e influência mais direta ao nível dos aparelhos de Estado, na direção de influir mais ativamente no processo decisório.

"O governo (Estado Novo) autorizaria importações obedecendo a uma escala de prioridades. O equipamento de transporte e as máquinas seriam favorecidos, os bens de consumo desaconselhados (8).

"Disso se seguia que o país teria de começar a substituir os produtos importados pelos de fabricação nacional" (9).

(8) DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.

(9) *Ibid.*

Diferentemente da atitude que tomou em 1930, como resposta à situação crítica na balança comercial, Getúlio não aciona, na crise de 1937, internamente, mecanismos deflacionistas e nem externamente negocia, a curto prazo, o pagamento da dívida externa: todas as dívidas externas são suspensas e, internamente, o crédito é acionado em benefício da indústria. Se por um lado, o Estado Novo supre uma série de deficiências estruturais que acompanham a formação da burguesia industrial brasileira, por outro, não podemos sub-valorizar o papel ativo que essa fração de classe desempenha, dentro dos limites a que nos referimos.

Um problema que traz maior complexidade às injunções da análise, que desenvolvemos até aqui, diz respeito a duas ordens de fatores articulados - econômicos e políticos - que não podem ser desvalorizadas quando tentamos compreender o período. A primeira delas liga-se ao fato de que o Brasil não deixara de ter, como fonte principal de acumulação de divisas, a exportação de produtos primários, o que significava, em última instância, que as possibilidades-limites de desenvolvimento industrial ainda encontravam-se atreladas à nossa capacidade de produzir e exportar produtos agrícolas e minerais.

Logicamente, as divisas que advinham das exportações, num período em que a estrutura produtiva interna se diversificava, serão alocadas em termos das novas características do processo de acumulação, o que significa dizer que elas se desdobrarão, em termos de investimento, em benefício do setor que se compunha, agora, como centro dinâmico da economia - a indústria. Contudo, a dependência do núcleo agro-exportador ainda se mostrava evidente:

"O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante em nossos países: apenas houve uma mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, a sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários" (10).

"Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que as transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se, praticamente, ao setor industrial e atividades conexas, sem modificar de modo sensível a condição do setor primário, inclusive as atividades tradicionais de exportação" (11).

O novo setor dinâmico da economia, por se circunscrever ao que se convencionou chamar de modelo fechado (ligado basicamente ao mercado nacional) não poderia sustentar as próprias necessidades no tocante à obtenção de divisas para importar o maquinário e as matérias-primas necessárias a sua auto-reprodução ampliada.

Ao nível político é que se desdobra a segunda ordem de fatores a que nos referimos anteriormente, e que iriam trazer maior complexidade ao nosso objeto de análise. A importância persistente do setor econômico ligado às atividades primárias, notadamente do gênero exportador, está inter-relacionada à continuidade, no plano do bloco no poder, dos interesses de classe ligados às frações da burguesia agrária. A persistência do peso

(10) TAVARES, Maria Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaio sobre a Economia Brasileira, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

(11) Ibid.

político desse setor pode ser sentida a partir de diversos ângulos. A Revolução de 1930, como procuramos mostrar páginas atrás, está circunscrita, em seus aspectos básicos, ao universo da oligarquia agrária.

Sob outro ângulo, enquanto a política de centralização das decisões econômicas mostra uma curva ascendente durante os anos 30, notadamente a partir de 1937, o que choca com o antigo esquema decisório regional, de grande interesse para o setor agrário, ela não implica numa investida radical do poder central sobre as relações de propriedade, sobre as relações de produção e sobre as relações de dominação política existentes no campo brasileiro. Se em 1937, o coronelismo, por exemplo, fica à sombra do processo político, as condições de sua existência a longo prazo ficam intocadas; o que faz com que o fenômeno ressurja, lógico que num novo contexto histórico, em 1946.

O que temos, portanto, durante o período que se abre em 1930, é a persistência da importância econômica e política do setor ligado a atividades primárias, notadamente, às exportadoras.

Dissemos que a presença desses fatores na cena histórica traria maior complexidade para a análise. Sem dúvida, pois aí temos uma nova tarefa que se apresentava para os setores da classe dominante no período e, afinal de contas, propusemo-nos a deslindar a forma pela qual os referidos setores responderam às injunções que esse período do desenvolvimento do capitalismo brasileiro lhes colocava. De que maneira, então, as frações da classe dominante responderam a duas tarefas colocadas a partir desses fatos:

a) como recompor o bloco no poder a partir da redefinição de

- posições que se dá no seio das oligarquias agrárias?;
- b) como compatibilizar essa recomposição num quadro político onde agora estão presentes os "tenentes", setores das camadas médias e, a mais longo prazo, uma burguesia industrial que já não é um mero prolongamento do sistema agro-exportador?.

Quanto à primeira questão, vejamos o modo como ela se encaminha. Apesar de, dentro do setor formado pelas oligarquias agrárias, a facção cafelista tentar retomar, a partir de uma frágil política de alianças, a direção dos aparelhos de Estado, numa perspectiva passadista, esse intento se vê frustrado, marcadamente, em 1932.

Após essa tentativa fracassada de reerguer o sistema de dominação baseado no "liberalismo agrário-coronelístico", característico da República Velha, o setor agrário paulista se vê impossibilitado de reeditar atos como o da Revolução de 9 de Julho. Os representantes políticos mais expressivos dos setores oligárquicos, em seu conjunto, aperceberam-se a partir da malograda experiência paulista, que o poder político do setor agrário, em bloco, estava ameaçado de sofrer reformulações de peso, o que os levou a formar uma "frente única" de facções regionais das oligarquias, que se uniu, em termos de base político-ideológica, em torno de um projeto liberal-constitucionalizante:

"A maior afirmação do poder político das oligarquias - em que predomina pensamento tradicionalista - surge durante o debate do anteprojeto da Constituição.

Em agosto de 1933, o Governo Provisório decreta convocação para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e, a partir do dia 10 de No

vembro se realizam as reuniões preliminares; em 15 de Novembro, se instala solenemente. Desde o início, as suas sessões marcam as fricções entre grupos e classes, até que, com raríssimas exceções, os itens da Constituição Federal de 16 de Julho de 1934 comprovam a vitória das idéias conservadoras estaduais, com a conseqüente permanência do federalismo e vitória de outras reivindicações suas. A ação tenentista é limitada a certas conquistas - representação profissional, Código de Águas etc." (12).

O objetivo amplo, que está subjacente a esse movimento de fachada liberal-constitucionalista, é a retomada de um tipo específico de combinação entre liberalismo e domínio político dos setores agrários com vistas a eliminar a mediação política que se interpunha entre os referidos setores e os aparelhos de Estado que, no momento, era simbolizada por Getúlio Vargas. Só que essa "simbologia personalista" não representava somente um dado conjuntural, como poderia parecer aos olhos dos atores históricos envolvidos no processo, mas sim, trazia, por trás de si, um novo dado que se tornaria estrutural na história política brasileira contemporânea. Esse novo dado estrutural relacionava-se a dois segmentos que passam a se cruzar a partir já de 1930 - o primeiro deles é a incapacidade dos setores oligárquicos de retomarem diretamente a direção do Estado (a não ser em certos intervalos de tempo, como em 1934, por exemplo) e o segundo é a redefinição

(12) CARONE, Edgar - A República Nova (1930-1937), Difusão

da autonomia do Estado em novos moldes.

No tocante a esse segundo segmento é importante frisar que o Estado assume uma maior autonomia relativa, na medida em que não só os setores agrários estavam sem condições de reestabelecer as formas de controle tradicionais de poder, como o nascente setor industrial se mostrava incapaz de forjar sua hegemonia. Por sua vez, os setores representativos, politicamente, das camadas médias não lograram realizar nenhum programa eficaz de luta política, fora de um quadro de alianças com setores da classe dominante, fato que também ocorrerá com parcela dos tenentes, quando estes são absorvidos, sob diferentes formas, durante o primeiro período das interventorias, pelos setores agrários tradicionais. Contudo, outra parcela do movimento tenentista, a que regressa ao Exército hierárquico, fornecerá, a partir de 1935, bases para o surgimento do Estado Novo (o que já se fazia notar nas discussões da Constituinte de 1934).

Na ausência de uma força claramente hegemônica no seio das frações da classe dominante é que o Estado adquire uma autonomia relativa significativa frente às pressões imediatas dos mesmos setores. Esse aspecto se revela, ao nível superficial, nem por isso menos concreto, pela força crescente da figura que esteja associada a um Estado que se fortalece paulatinamente, no caso Getúlio Vargas.

A aliança intra-oligárquica, embasada numa ideologia liberal-constitucionalizante, não efetiva sua tentativa de retomada de poder, a longo prazo, pois se depara com essas novas tendências estruturais que então encontravam-se em processo de ascendência no cenário político nacional. E são elas, afinal de contas, que vão frustrar a implementação do projeto oli

gárquico em bases sólidas. Se 1934 pareceu, à primeira vista, representar uma vitória de peso para os setôres agrários, 1937 marcaria, profundamente, o quanto havia de impossibilidade nas perspectivas ideológicas dos setores oligárquicos em aliança.

Para responder à primeira pergunta que nos havíamos colocado, podemos dizer que a recomposição do poder, ao nível das oligarquias agrárias, só poderia ser articulada levando em conta as novas variáveis presentes na cena política, a partir de um fortalecimento relativo do Estado, que se por um lado, continua a se apoiar, em grande parte, nos setores agrários tradicionais, já não é somente o instrumento político direto e imediato das oligarquias.

No tocante à burguesia industrial, já vimos que sua localização política e sua posição reivindicativa é bastante específica frente aos casos das burguesias européia e norte-americana. Ao nível econômico o setor industrial passa a representar o novo setor dinâmico da economia, porém a partir de condicionantes estruturais bem marcados. Os condicionantes estruturais do desenvolvimento industrial dos anos 30 (dependência do setor primário, inexistência de um setor ligado à produção de bens de capital com condições de alimentar, à frente, a demanda; o caráter "fechado" dessa industrialização, ausência de um mercado interno expressivo etc.) vão deixar marcas profundas no comportamento da burguesia industrial do período. Não vamos encontrar nem uma atuação política radical dessa fração no sentido de defesa de uma política industrializante em larga escala nem uma sustentação ideológica desse projeto hipotético que servisse como força propulsora e justificativa do mesmo. Se o setor, no seu conjunto, de 1930

até o final do Estado Novo, consegue melhorias relativas de atenção por parte da política econômica estatal e gera mesmo alguns representantes políticos que apresentam idéias industrializantes mais ousadas, ele não chega a apresentar respostas de peso, que procurassem privilegiar no limite um projeto de industrialização. Contudo, com seus condicionantes estruturais e com seu suporte de classe apresentando acentuada fragilidade, a indústria, agora, apresentava-se como uma realidade histórica inarredável, enquanto representante do novo pólo de acumulação. Apesar desses caracteres contraditórios que apresentava o processo de industrialização, é possível afirmar que, ao nível político, a rearticulação das bases do poder teria, necessariamente, que tomar em conta a presença da burguesia industrial e o que ela representava ao nível econômico. Na medida em que essa fração de classe não tinha condições, por moto próprio, de assegurar com certa margem de certeza, as condições da reprodução ampliada do setor, a tendência que se apresentou foi a da referida fração deslocar seus planos reivindicativos não para o conjunto da Sociedade, através da criação de um projeto hegemônico, mas sim para dentro dos aparelhos de Estado, via esquemas corporativos, o que está presente, de forma clara, no Estado Novo.

Os setores agrários tradicionais não conseguiram reafirmar sua posição de mando incontestado através do projeto liberal-constitucionalizante, e vimos quais os entraves estruturais que bloquearam a consecução desse objetivo. A burguesia industrial adquire, após a Revolução de Outubro, paulatinamente, maior peso (sem esquecermos sua especificidade enquanto burguesia periférica brasileira) econômico e político; contudo, não é capaz, por razões que já expusemos, de se co-

locar, na cena histórica, como uma "burguesia heróica", pois está ligada, por uma série de liames, à estrutura agrícola tradicional, que se constituía numa barreira para o processo de industrialização, mas também o setor do qual a indústria dependia, em última instância, para a sua própria reprodução. Esta situação ambígua do processo de industrialização vai se refletir no comportamento político da burguesia industrial que, se por um ângulo, reivindica atenção maior no processo de formulação e efetivação das políticas econômicas, por outro, não tem condições de propor um projeto de industrialização de grande porte que, inclusive, prescindisse da forte mediação que o Estado vai exercer nos mecanismos de ativação da produção industrial. A aliança da burguesia industrial com o Exército, via Estado, vem reforçar o quadro de "tutela" a que está ligada a burguesia industrial brasileira daquela época.

Na impossibilidade de fração(ões) da classe dominante tomar(em) de maneira direta as funções do Estado e, por outro, na impossibilidade de cortar nitidamente a fronteira de interesses entre as frações agrária e industrial, ao mesmo tempo que elas não chegam a estabelecer bases efetivas de um acordo político, é o Estado que vai assumir o papel de mediador entre as referidas frações, o que faz aumentar em larga escala o peso do Estado frente à Sociedade Civil.

É a partir dessa nova articulação de poder que podemos compreender o que vai suceder, politicamente, com os outros setores que pressionavam em prol da ampliação participatória.

Os setores liberais das camadas médias vão ser afastados da cena política, pois, se entre 1933 e 1935, eles representavam um aliado absorvível pelos setores oligárquicos, quando da vigência do projeto liberal-constitucionalizante, grada

tivamente até 1937 passam a se constituir num grupo de pressão prescindível frente aos novos esquemas de articulação do poder. O que importava, a partir da implantação do Estado Novo, era que as frações da classe dominante haviam encontrado uma forma de articulação política dentro dos aparelhos de Estado, o que lhes permitia descartar a questão do incremento da participação política no caso das camadas médias. À medida em que esses setores não possuíam mais condições de estabelecer alianças fora de seu estreito âmbito, pois, se de um lado as forças oligárquicas os haviam "deserdado", de outro eles temiam qualquer tipo de aliança com o operariado, seu destino político encontrava pouca possibilidade de se resolver positivamente. O afastamento do PD paulista, da cena política, em 1937, e a chamada aos quadros perrepistas, reflete bem esse processo, que se desenvolve desde 1935, de perda de poder de pressão por parte dos setores liberais-democráticos das camadas médias.

Em relação ao peso político dos ex-tenentes, na sua maioria reincorporados à hierarquia militar, é também a nova articulação de poder que vai defini-lo e circunscrevê-lo. Os ex-tenentes que ligaram-se a uma perspectiva democrática-liberal também veem-se marginalizados politicamente, o que se pode constatar pelo processo de afastamento dos oficiais legalistas da corporação militar antes do golpe de 10 de Novembro. O mesmo não vai se dar com os ex-tenentes que continuavam, após a reincorporação hierárquica, a defender "governos fortes". Essa facção do tenentismo, que em 1935 já ocupa os altos postos do Exército, serve como um dos pontos de apoio fundamentais para o novo regime, o que se torna possível devido à similaridade existente entre as posições ideológicas desses oficiais enquanto representantes da corporação e às tendências do processo po

lítico no tocante à redefinição das bases de poder ao nível da classe dominante.

Agora, os setores das camadas médias ligadas a projetos políticos não liberais, agrupados sob o Integralismo, num primeiro momento servem como base de apoio para a efetivação do Estado Novo, porém serão, num momento seguinte, dispersados. Isto se dá na medida em que o eixo de orientação do novo sistema é dado pelo deslocamento da atividade política do cenário da Sociedade Civil para dentro dos aparelhos de Estado, via representação corporativa. E esse eixo de orientação visa, por um lado, estabelecer uma política de mediação de interesses entre as frações da classe dominante e, por outro, como veremos adiante, amortecer a pressão crescente de um proletariado que vinha se fortalecendo, paulatinamente, desde o começo do século, através da absorção de suas reivindicações por parte do Estado.

Realizar essa política de chamada do conflito para dentro do Estado, significa, em última instância, esvaziar a esfera do debate político e da possibilidade de ampliação de participação, significa desmobilizar politicamente. Nessa perspectiva, um partido com características marcadamente mobilizadoras, como era o Partido Integralista, tornava-se um empecilho à desmobilização e à negação do aumento de participação. Por sua vez, sendo um partido com bases predominantes nas camadas médias, quando se vê sem eco aos ouvidos dos setores dominantes e rejeitado pela nova articulação de poder, cai no vazio político, após a patética tentativa de assalto ao palácio presidencial.

Vejamos agora, em relação ao operariado, qual o significado que o Estado Novo e seus antecedentes vão assumir para

a classe. No início da década nota-se um grande número de greves:

"Na interventoria João Alberto eclodiu uma série de greves, a partir de novembro de 1930, destacando-se a da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (2.400 operários) e da Metalúrgica Matarazzo (1.200 operários). A 25 de novembro daquele ano, o Diário calculava em 8.400 o total de grevistas e o movimento abrangia 31 fábricas. No Rio de Janeiro, no curso de 1931, os trabalhadores têxteis paralisaram continuamente o trabalho, chegando a ocorrer a invasão dos escritórios da fábrica Nova América. Quando em São Paulo se abriu a crise da interventoria, com a renúncia de João Alberto, 30.000 operários saíram às ruas, atendendo a apelos de greve: em maio de 1932, eclodiram movimentos paredistas dos ferroviários da SPR, sapateiros, vidreiros, tecelões, padeiros, garçons" (13).

O movimento grevista, após esse ano, assume um caráter ascendente até 1935, quando os esquemas repressivos passam a ser acionados de forma radical e violenta:

"A crise e o desemprego não impedem que o operariado lute por seus direitos e demonstre sua rebeldia contra o regime. Entre 1930 e 1935 - quando o governo prende toda liderança revolucionária obreira - as direções sindicais e políticas manifestam-se radicalmente contra toda tendência

(13) FAUSTO, Bóris - op. cit.

apaziguadora, levando a política proletária a um estado de permanente conflito com o sistema" (14).

Por outro lado, as continuadas tentativas de realizar articulações sindicais, por parte do operariado, no sentido de criar uma unidade de luta mais ampla e um programa mais profundo que cimente essa unidade, mostram que o movimento operário procura encontrar seu lugar de luta específico, na cena política do período.

Esses fatos estão ligados, e só assim podem ser entendidos, a mudanças estruturais que se processam nesse entrecho. A importância crescente do setor secundário da economia, que implica numa demanda maior de mão-de-obra, está correlacionado, ao nível do movimento operário, a uma mudança de eixo na sua orientação ideológica, que se desloca, paulatinamente, com tensões e crises, do ideário anarquista para o ideário marxista. Se por um lado, as exigências que o desenvolvimento econômico coloca para a burguesia industrial, no sentido de precisar recrutar um número cada vez maior de operários e, ao mesmo tempo, de adequar a mão-de-obra, politicamente, a seus interesses no processo de acumulação, são inarredáveis, por outro, esse mesmo operariado passa por uma etapa de incremento na conscientização de seus interesses. Quando os países capitalistas retardatários realizam determinadas tarefas de suas respectivas "revoluções burguesas" encontram-se, via de regra, já com um movimento operário com um grau de consciência e de atuação política capazes de questionar a própria consecução das referidas tarefas.

(14) CARONE, Edgar - op. cit.

Na Alemanha, a aliança da burguesia industrial com os "junkers" e com a burocracia repressiva do Estado, assim como a aliança da burguesia italiana com os setores agrários tradicionais do Sul e, sob formas diferentes, com o aparato repressivo do Estado, mostra de forma expressiva o tipo de alianças que pode se dar, ao nível das frações da classe dominante, em países retardatários, para conter o avanço do movimento operário. E, esse esquema de alianças é fruto e, por sua vez, condicionante de um tipo específico de desenvolvimento capitalista, que apresenta grandes índices de acomodação política e econômica entre os setores da classe dominante, alto grau de atuação estatal, em diversos níveis, impossibilidade de reprodução do papel histórico das "velhas burguesias", incapacidade para impor um domínio de classe do tipo democrático sobre o operariado etc... O "grande medo" ao operariado não está presente em revoluções burguesas como a inglesa, por exemplo, onde a máxima consciência possível do nascente operariado não ultrapassava os parâmetros das pugnas pelo nivelamento do radicalismo assistemático.

Mesmo na França, onde o campesinato e os "san-cullottes" têm um papel-chave no processo revolucionário, a consciência possível desses setores não chegou a questionar a existência da revolução burguesa. Nos EUA, tem-se um caso "sui generis" de aliança entre a burguesia industrial e o operariado, na época da luta contra os interesses algodoeiro-escravagistas do Sul, onde a primeira joga com a existência da fronteira móvel do Oeste para conseguir apoio do operariado para a consecução de seu projeto hegemônico.

Dessa maneira, é nos países retardatários que as frações de classe dominada assumem uma pertinência maior nos pe-

ríodos de transformações aceleradas. Foi em torno desse dado histórico que Trotsky lançou as bases para a compreensão do processo revolucionário que se daria na Rússia czarista, no início do século. Se os setores da classe dominante não pudessem articular uma forma de aliança eficaz para estabelecer um novo tipo de dominação, o operariado teria condições de estabelecer uma política visando a tomada direta do poder. Não só esses fatos ocorreram como a situação de guerra veio a acrescentar condições ainda mais favoráveis à consecução desses objetivos. Situação contrária a que se daria na Alemanha e na Itália alguns anos depois, com a ascensão do nazismo e do fascismo.

Resguardada a concretude histórica de cada caso, o mesmo se dá com o Brasil. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento industrial colocava num plano diferenciado o problema da mão-de-obra operária, o movimento operário adquiria contornos que impulsionavam no sentido de uma maior consciência de classe.

A forma "dramática" como esse problema aparece para a classe dominante pode ser vista na maneira como é encarada a ação da ANL. Esse movimento, que representava uma aliança entre setores progressistas das camadas médias e setores do movimento operário, apresenta uma plataforma, para a atuação política, de caráter nitidamente burguês. Contudo, num quadro de redefinição do capitalismo brasileiro, onde a burguesia industrial mostrava-se frágil, tanto econômica quanto politicamente e aonde os setores agrícolas tradicionais não possuíam, também, condições para dar a tonalidade do novo arranjo estrutural que se impunha, lhes aparecia como um perigo mortal o fato das soluções para responder aos impasses nacionais advirem de fora do âmbito dos setores dominantes (ainda

que essas soluções fossem de caráter marcadamente burguês) . Viam, nesse deslocamento social de força decisória, um prenúncio de avanço de um processo que, no contexto de desarranjo entre as frações dominantes, poderia levar à própria negação do sistema (o que está distante do conteúdo efetivo das reivindicações e atuação do operariado, no período). E é aí, também, que temos de buscar as raízes explicativas do porquê do arranjo político entre a burguesia industrial e as velhas oligarquias agrárias nos quadros do Estado Novo. Era necessário, para esses setores, agir com urgência para recompor sob novas bases a questão do poder. E, novamente, aí, o Estado é requerido por essas frações para realizar dois movimentos básicos:

- a) perspassar a efetivação da aliança ao nível dos setores dominantes;
- b) quebrar as bases de um movimento operário com tendência a uma autonomia na posição política e alijar, da cena política, os setores progressistas das camadas médias que tivessem uma ponte com setores do movimento operário.

Esses dois movimentos são realizados de forma concomitante e vão se cristalizando paulatinamente. A consequência básica de sua combinação é o surgimento de um tipo de dominação burguesa caracterizada pela grande elasticidade ao nível das alianças, conjunção de interesses e maleabilidade ideológica entre as frações dominantes e uma inelasticidade marcante quanto às formas de controle sobre o movimento operário.

O período que se estende da gestão de Agamenon Magalhães até a gestão de Marcondes Filho marca a absorção política pelos setores dominantes, via Estado, do operariado. O processo de alijamento das lideranças operárias, o corte das ligações

entre os operários e os setores progressistas das camadas médias, a criação progressiva do sindicalismo oficial com suas conseqüências (imposto sindical controlado pelo Ministério do Trabalho, reconhecimento de diretorias, colocação dos "pelegos" etc...) acabam por cortar as bases de um desenvolvimento em maior grau autônomo do movimento operário. Por outro ângulo, o esquema corporativista brasileiro que se cria nesse quadro, para o operariado, representa, a longo prazo, um mecanismo de controle eficaz, ainda que em períodos intermitentes e ele tenha pressionado no sentido de transbordar os limites que lhe foram impostos. Eficaz na medida em que, no plano da consciência operária, o Estado vai aparecer, em larga escala, como instância "doadora" da legislação trabalhista, o que, num patamar mais imediato, vai se traduzir na fetichização das figuras individuais que são associadas ao Estado. A ideologia do paternalismo social ligada à legislação trabalhista torna-se o sustentáculo nuclear dos novos padrões de dominação que se estabelecem a partir desse período.

A rigidez desses novos padrões está relacionada a um quadro mais amplo onde ela se torna ainda mais radical. No contexto mais abrangente das frações dominantes que se articulam, em forma de aliança, durante o Estado Novo, a própria absorção política do movimento operário, visando subtrair dele sua potencialidade de autonomia, era vista, por parcelas das citadas frações, como desnecessárias e perigosas e, após a redemocratização, com o processo de redefinição dos parâmetros de atuação do populismo, todo o espectro à direita dos setores dominantes é radicalmente contrário ao sindicalismo estatal, vindo aí mais uma constante ameaça do que uma forma eficaz de controle. Tendo em vista esse tipo de percepção que os vários se

tores dominantes possuíam acerca do sistema sindical engendra_{do} no primeiro período Vargas, torna-se mais clara a rigidez global em que foi inserida "a questão operária".

Após a realização dessa análise sobre as características básicas do período, passamos a focar a articulação entre a ideologia da conciliação, a ideologia autoritária e o trecho histórico abordado.

Arquivo Histórico do Ministério da Saúde

CAPÍTULO III - A IDEOLOGIA DA CONCILIAÇÃO NA DÉCADA DE 30

A ideologia da "conciliação", em última instância, representa, na década de 30, os interesses dos setores agrários num momento histórico em que esses estão passando por um processo de perda relativa de importância, tanto ao nível econômico quanto político. A localização mais imediata dos mesmos se dá nas oligarquias nordestinas do açúcar (notadamente em Gilberto Freire) o que, contudo, não nos impede de generalizar a afirmação para o setor agrário exportador em seu conjunto, como se configurava durante a República Velha.

A representação desses interesses basicamente se dá através da construção transfigurada e idealizada das características e do legado que o passado agrário deixa para o Brasil que se transforma.

Para realizar esse trajeto, a ideologia da "conciliação" organiza uma análise específica da Sociedade Civil e Estado, no Brasil.

A Sociedade Civil brasileira é vista como um todo homogêneo e integrado e não como composta por uma estrutura de classes marcada pela contradição. Essa concepção de Sociedade Civil constitui-se num dos pilares da referida ideologia.

Essa sociedade homogênea, integrada, desprovida de conflitos de peso, é alvo de um discurso enaltecedor e apologêtico, enquanto forma de expressão. O conteúdo que recheia este discurso está voltado para a demonstração da potência auto-sustentadora que caracterizaria a Sociedade Civil brasileira desde que aquela potência repouse na permanência dos valores (idealizados e transfigurados) legados pelo mundo agrário. A primeira grande transfiguração, realizada pela ideologia

da "conciliação", no sentido de enaltecer a Sociedade Civil "agrarista", é a de transformar as relações de dominação existentes no passado agrário (que se manifestam a partir de conflitos étnicos) em relações de amistosidade racial, que se perpetuam pela História nacional:

"A mistura de raças produziu populações, em certas regiões, que são surpresas constantes para o europeu, devido à sua variedade em cor e em forma. Uma grande família no Nordeste, ou no Brasil Central, pode apresentar três ou quatro tipos antropológicos diferentes, inclusive em relação à cor da pele, devido ao casamento do pai, primeiro com uma ameríndia, posteriormente com uma negra. E, embora cada filho possa ser, pela cor dos olhos, pelo tipo de cabelo ou pela forma do nariz, quase de todo diferente dos outros, eles tendem a amar-se como irmãos" (1).

A fórmula encontrada para mascarar o conflito foi a de deslocar o eixo da questão do âmbito de dominação para o do relacionamento sexual. Contudo, o problema continua a existir, apesar de haver sido deslocado do seu lugar pertinente, pois a relação sexual no sistema escravocrata ou coronelístico, quando perpetrada por elementos que estão em posição na estrutura social, constituiu-se, no Brasil, num sub-produto do esquema básico de dominação.

(1) FREIRE, Gilberto - Novo Mundo dos Trópicos, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

Essa fórmula, a de tomar sub-produtos da dominação básica e transfigurá-la em índice de integração, é comum à ideologia da "conciliação". Assim, por exemplo, um sub-produto típico da dominação, "a cozinha senhorial", é encarada, pela "conciliação", como um fator de integração no plano dos hábitos alimentares:

"Um traço importante de infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro resta-nos acentuar: a culinária. No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite-de-dendê e da pimenta malagueta, tão característicos da cozinha baiana, pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana, pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe. Várias comidas portuguesas ou indígenas foram, no Brasil, modificadas pela condimentação ou pela técnica culinária do negro; alguns dos pratos mais caracteristicamente brasileiros são de técnica africana: a farofa, o quibebe, o vatapá" (2).

O mesmo procedimento pode ser apreciado através do enfoque dado à questão religiosa, que de uma situação de conflito que a marca e delimita passa a se constituir num outro elemento integrador:

"Na cristianização dos caboclos pela música, pelo canto, pela liturgia, pelas profissões,

(2) FREIRE, Gilberto - Casa Grande e Senzala, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.

festas, danças religiosas, mistérios, comédias, pela distribuição de verônicas com agnus-dei, que os caboclos penduravam no pescoço, de cordões, de fitas e rosários, pela adoração de relíquias do Santo Senho e de cabeças das Onze Mil Virgens. Elementos, muitos desses, embora a serviço da obra de europeização e de cristianização, impregnados de influência animística ou fetichista vinda talvez da África" (3).

Essa transfiguração dos fatores históricos que pretende levar à crença na existência de uma democracia étnica, no Brasil, legada pelo universo agrário, é estendida, também, à questão indígena. O processo de exterminação, sob várias formas, da população autóctone, é filtrado pela ideologia da "conciliação", no mesmo sentido anteriormente apontado para o caso do escravo:

"Vários são os complexos característicos da moderna cultura brasileira, de origem pura ou nitidamente ameríndia: o da rede, o da mandioca, o do banho de rio; o do caju, o do "bicho", o da 'coivara', o da 'igara', o do 'moquém', ... o de descansar ou defecar de côcoras, o do cabaço para cuia de farinha, ..." (4).

"Ainda assim o Brasil é dos países americanos onde mais se tem salvo da cultura e dos valores nativos" (5).

(3) FREIRE, Gilberto - op. cit.

(4) Ibid.

(5) Ibid.

Uma outra característica que vem se adicionar a esse quadro harmônico da Sociedade Civil legada pelo agrarismo brasileiro é a do pacifismo:

"Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e mais comportado do mundo" (6).

A essa idéia de pacifismo está intimamente associada a de que o brasileiro é um "homem cordial":

"Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência - e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial': é a forma natural e viva que se converteu em fórmula" (7).

Todo esse discurso centrado em torno do enaltecimento do legado agrário para a formação de uma Sociedade Civil tendente à harmonia e à conciliação desdobra-se em conclusões de peso para a apreciação das perspectivas do que poderia ser o Brasil Contemporâneo:

"Compreende-se, assim, que já fosse exíguo o sentimento de distância entre os dominadores,

(6) HOLANDA, Sérgio Buarque de - Raízes do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.

(7) Ibid.

tuições. Daí advém a crença na existência de uma Sociedade Civil sustentada a partir desses elementos que por sua vez deve ser a realidade básica pela qual deve se moldar o Brasil que se transforma.

O tipo de sociedade entrevistada pelos ideólogos da "conciliação" representa uma tentativa de resguardar o ruralismo brasileiro de alguns ataques que lhe podem ser endereçados. Um desses ataques, advindos da ideologia autoritária, diz respeito à inorganicidade da vida pública brasileira devido, basicamente, ao abismo existente entre o "país legal" (arcabouço jurídico-liberal) e o "país real" (a população rural controlada sob formas privatistas através dos clãs familiares e eleitorais): ataque dirigido diretamente às formas pelas quais se estrutura o Brasil rural.

Ora, o tipo de sociedade que emerge a partir das análises da "conciliação" não só procura evitar o debate aprofundado acerca dessa dicotomia como também toma a ofensiva, procurando mostrar que o substrato de nossa organização social, altamente positivo, é exatamente fruto da forma como se organizou a sociedade rural brasileira, a partir da família patriarcal. Para realizar esse movimento de "resguardo ofensivo", a "conciliação" é levada a se refugiar num universo de idealização da realidade, pois se ela se ativesse a quaisquer aspectos representativos de contradição, dificilmente conseguiria fugir da discussão mais aprofundada acerca, por exemplo, do problema apresentado pela ideologia autoritária, que, aliás, colocaria não só essa como outras questões: qual foi a contribuição das "elites agrárias" para a construção da esfera do público no país? qual o sentido do liberalismo no quadro dos clãs familiares e eleitorais? qual o benefício exato da coopta

ção para a vida política do país?

O fechamento num espaço mítico permitiu à "conciliação" escapar das críticas endereçadas pela ideologia autoritária e, mesmo quando há respostas azedas a Oliveira Viana e Azevedo Amaral, no tocante a essas questões, é a partir daquele espaço edênico que elas são elaboradas.

O fator fundamental que permitiu à "conciliação" essa clausura dourada encontra-se na perda paulatina e relativa do poder econômico e político tradicionalmente mantidos pelos setores agrários brasileiros. Nessas condições, os seus ideólogos tendem a contrapor uma força contrária à diminuição da importância histórica que se anuncia, super-afetando pretensas características daqueles setores. Resguardadas as diferenças, que são radicais em termos de estrutura, há alguma semelhança entre esse mecanismo e o que se deu nos EUA no período anterior à Guerra Civil. Quanto mais a burguesia nordestina estendia seus tentáculos para o Oeste e para os processos de financiamento, seguro, transporte e comercialização do algodão sulino, mais o Sul se agarrava a pretensos valores de sua sociedade como a "largesse", o cultivo da cortezia, o refinamento, o desprezo à mentalidade do lucro etc... Contudo, no Brasil, o setor agrícola não foi "derrotado" mas sim sofreu uma rearticulação no bloco do poder, o que, por si, foi suficiente para ensejar o aparecimento de uma ideologia agrarista de cunho "romântico".

As críticas à "conciliação" também poderiam advir da ideologia liberal que poderia atacá-la argumentando que a cooperação, enquanto base de sustentação das relações inter-sociais impede a criação de uma "opinião pública" e de uma "cultura política", abrindo caminho para o caudilhismo, o pater-

nalismo e para os circuitos fechados de poder com suas mazes, como o nepotismo, o clientelismo, a corrupção e o favoritismo. Para os ideólogos da "conciliação", a partir de seu espaço discursivo, as respostas a essas questões seguiriam dois cursos:

- a) primeiramente, que o liberalismo representa um ideário exógeno ao fulcro da organização da sociedade rural brasileira;
- b) segundo, que os pontos críticos apontados pelo liberalismo em relação à referida sociedade só seriam possíveis de serem vistos a partir da ótica liberal o que não se daria a partir da ótica deles, que abordam a questão tendo em vista outro prisma, o da realidade positiva que representa o legado patriarcal-agrário, no Brasil, enquanto algo de específico, original e brasileiro.

É a partir desses esquemas de defesa que a "conciliação" procura se pôr a resguardo das críticas advindas de outras correntes da ideologia dominante, no Brasil, e também, a partir daí que ela se compõe como uma vertente específica da própria ideologia dominante brasileira.

Essa posição original da "conciliação" no quadro da ideologia dominante traz consequências importantes para entendermos seu lugar histórico nos anos 30. Ela é ideologia dos setores agrários e se pretende como porta-voz defensora de seus interesses. Contudo, enquanto instrumental de luta das oligarquias agrárias, ela se coloca num plano secundário. É o liberalismo-coronelístico que continua a representar, em primeira mão, os interesses dos setores citados. Isto não deve levar, por seu turno, à conclusão de que a "conciliação" não foi um instrumento importante para as oligarquias na sua lu-

ta pela participação na nova rearticulação de poder. Em primeiro lugar, ela fornece as bases justificativas para a inserção dos grupos oligárquicos no novo esquema de alianças que se dá no Estado Novo. Isto é explicável pelo fato de que o marco dessa ideologia está circunscrito ao conjunto de interesses das oligarquias no sentido de assegurar para si a maior dose de poder possível. Nessa perspectiva, a ideologia da "conciliação", ao mesmo tempo em que ela se afirma como uma vertente específica da ideologia dominante, ela dá passagem para a predominância de outras vertentes da ideologia dominante, desde que os interesses agrários tradicionais sejam resguardados:

"Mesmo em nossos dias, a República Brasileira está mais protegida de doenças políticas quando utiliza métodos de lidar com problemas brasileiros que constituem inteligente modernização daqueles métodos tradicionalmente monárquicos e, ao mesmo tempo, democráticos, em lugar de serem mera cópia daquilo que os anglo-americanos construíram nos EUA..." (10).

"Entre essas duas místicas - a da ordem e da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia - é que vem se equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos" (11).

Essa elasticidade da ideologia da "conciliação" quanto

(10) FREIRE, Gilberto - op. cit.

(11) FREIRE, Gilberto - Casa Grande e Senzala, op. cit.

ao regime político traduz e justifica um dos comportamentos políticos, básicos das oligarquias agrárias brasileiras, que é o de aceitar e/ou participar ativamente na efetivação de diversas formas de regime político desde que a estrutura de propriedade rural e as relações de produção no campo não sejam questionadas. E aí encontra-se também uma das explicações sobre a persistência tentacular das oligarquias agrárias no cenário político nacional.

A "conciliação" também representa um instrumento importante, desta feita para o conjunto da burguesia brasileira, para o estabelecimento de determinados padrões de dominação. Assim como a produção de origem agrária contribui com as divisas que permitem a reprodução do mundo industrial, assim também o pensamento de origem agrária contribui com as concepções que facilitam a consolidação do mundo burguês nas condições peculiares em que esse processo se desenvolveu entre nós. A mística do pacifismo, da cordialidade, da democracia étnica, da mobilidade vertical e horizontal atuam como um "cimento" importante para a consolidação da ordem de controle burguês, no Brasil; e aí temos, novamente, os índices da presença dos padrões de dominação oligárquicos ramificados pela sociedade brasileira em seu conjunto.

Por outro ângulo, é necessário não esquecer (e veremos isso adiante de maneira mais detida) que esses instrumentos de controle convivem com uma outra forma de dominação, representada pelo esquema sindical corporativista brasileiro, que, por seu turno, está articulado a uma outra vertente da ideologia dominante que é a autoritária.

Mas, o fato que pretendíamos frisar é que, apesar de, nos anos 30, a ideologia liberal ter representado uma arma mais

efetiva de luta para as oligarquias agrárias, a ideologia da "conciliação" jogou, também, um papel importante, tanto ao nível da justificativa do novo tipo de aliança de classes como ao nível da justificativa de formas de controle vertical.

Um outro aspecto importante da "conciliação" refere-se a seu modo de se apresentar na cena histórica. Ela surge revestida de um caráter metodologicamente inovador:

"Sob esse aspecto, 'Casa Grande e Senzala' é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. Digo isso em virtude da preocupação do autor com os problemas de fundo biológico (raça, aspectos sexuais da vida familiar, equilíbrio ecológico, alimentação) que serviam de esteio a um tratamento inspirado pela antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país" (12).

"O seu respaldo teórico ('Raízes do Brasil') prendia-se à nova história social dos franceses, à sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos da teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nós" (13).

(12) CÂNDIDO, Antonio - "O Significado de 'Raízes do Brasil'", prefácio à 7a. edição de Raízes do Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.

(13) Ibid.

Realmente, levando-se em conta a História de caráter o ficial, marcada pelo elitismo em todos os planos, e a Sociologia determinista e mesologista que eram praticadas em larga escala, no Brasil, até então, essas obras aparecem como um importante marco renovador, em termos de instrumental teórico, de liberdade no tratamento dos temas, de seriedade de pesquisa e de redimensionamento de problemas.

Esses aspectos presentes nas obras citadas nos levam a pensar em defini-las teoricamente como esclarecidas, na medida em que impunham um tom de alto nível ao debate intelectual da época, embasado em produções teóricas significativas existentes nos países centrais e em larga dose de criatividade próprias. Por sua vez, se eram radicais no que diz respeito ao rompimento com as abordagens tradicionais praticadas pela História e pela Sociologia brasileiras, não chegaram a superar, no limite, um enfoque tradicionalista da História do país; não conseguiram superar, em última instância, os limites de visão impostos pelo universo agrário. E é a partir ^{desse aspecto,} situado ao nível teórico, que podemos procurar a articulação ideológica dessas obras, sobre a qual vimos insistindo, com os interesses gerais de preservação dos setores oligárquicos. E aqui podemos pensar numa definição da "conciliação" como regressista. Regressista na medida em que está associada a grupos sociais que começam a passar por um processo de perda relativa de importância, que tentam lutar para que isso não aconteça e que têm na "conciliação" uma arma de luta para a permanência. A partir desse prisma, podemos pensar na "conciliação" como uma ideologia caracterizada por um regressismo esclarecido, conceito que pretende dar conta da natureza ambígua da mesma. Por um lado, apresenta uma face teórica, representativa de

um marco fundamental no aprofundamento e na ampliação do estudo das Ciências Sociais, no Brasil e, por outro, apresenta outra face de cunho ideológico, onde representa os interesses dos setores agrícolas. Para se realizar um balanço objetivo do significado da "conciliação", é necessário ter em mente essa ambiguidade básica que a percorre, sob risco de privilegiar indevidamente um dos aspectos em detrimento do outro e/ou recusar a contradição como um dado permanente da produção teórico-ideológica.

Voltemos à linha conceitual de análise que vínhamos desenvolvendo - a de procurar ver como Sociedade Civil e Estado são vistos pela "conciliação". Frente à visão de Sociedade Civil, vimos que a perspectiva é de enaltecê-la, reforçar suas possibilidades de auto-reproduzibilidade e sustentação, sempre a partir de um legado ideal que teria sido deixado pelo mundo rural brasileiro. No tocante ao problema do Estado, a "conciliação" estabelece um tipo ideal de regime inserido na formação do Estado capitalista brasileiro: o II Império.

"Como Império o Brasil foi um país cuja estabilidade e paz contrastavam com a vida política turbulenta da maioria das repúblicas latino-americanas" (14).

"Considerada como sistema político, a República estabelecida no Brasil em 1889 não foi diferente do Império, conservou-se mais imitativa do que criadora. Diminuiu a honestidade entre os homens públicos, perdeu-se também um pouco o sentido daquela elegância e dignidade

(14) FREIRE, Gilberto - Novo Mundo dos Trópicos - op. cit.

que eram bem características do Parlamento brasileiro, no tempo de D. Pedro II" (15).

"O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro" (16).

Atendo-nos por instantes nesse último texto, o que salta à vista é que os parâmetros para pensar nos problemas do Estado, em função da crise de poder que se abre em 1930, ainda são dados pelo regime monárquico. É o quadro da monarquia, ainda, que persiste, apesar de deslocado e artificial. Essa falta de embasamento para manter um sistema que ainda é prestigioso (o monárquico) deve-se à inexistência de um núcleo aglutinador, que, no caso da Monarquia, é o Poder Moderador. Por sua vez, essa idéia de núcleo aglutinador está relacionada à existência de uma periferia que, na existência do primeiro (o núcleo aglutinador) se ordena e, na sua ausência, torna-se acéfala.

Ressalta também uma idéia-chave, a de que havia, no II Império, um "equilíbrio" positivo. Este equilíbrio se daria através do relacionamento harmônico entre a periferia (os nú-

(15) FREIRE, Gilberto - op. cit.

(16) HOLANDA, Sérgio Buarque de - op. cit.

cleos privatistas de poder) e o centro (núcleo central do poder, atinente à existência, basicamente, do Poder Moderador). Essa visão do tipo ideal de regime implica em aceitar como "partis-pris" da organização do Estado, em primeira instância, a existência da ordem burguesa e como corolário dessa, a existência de um tipo específico de assentamento da ordem burguesa que se caracterizaria, basicamente, pela estrutura de propriedade agrária brasileira. Nessa circunstância, o problema que se coloca para a "conciliação", nos anos 30, não é repensar o Estado, ainda dentro dos parâmetros da ordem burguesa, em função de novas componentes sócio-políticas do período, como a burguesia industrial e segmentos das camadas médias. Não que inexistam em suas idéias, percepção acerca dessas novas forças. Elas existem, porém, não como variáveis inarredáveis para se pensar a rearticulação estatal, mas sim como fatores que devem atuar enquanto componentes secundários de um bloco de poder onde os componentes oligárquicos tradicionais devem guardar a primazia política. Devido a essa visão-limite que a "conciliação" tem do processo histórico que se desenrola a seus olhos, a consequência básica é que ela é obrigada a colocar a solução do problema de repensar a questão estatal em bases novamente regressistas. Em síntese: é necessário resguardar o conjunto de interesses dos setores agrários (a periferia) recompondo o núcleo central que estabeleça as bases institucionais de funcionamento dessa periferia inquestionável enquanto base de legitimação do Estado.

É possível compreender esse outro viés regressista da "conciliação", desta feita em relação ao problema do Estado. Na década de 30, como vimos no capítulo anterior, era impossível aos setores oligárquicos reconstituir, nas mesmas ba-

ses, o grau de dominação e de controle do Estado que haviam possuído. As transformações aceleradas por que passa o capitalismo brasileiro vetavam, historicamente, as tentativas empreendidas por esses setores, no sentido de reeditar as formas de controle, em todos os níveis, que exerciam durante a República Velha. A "conciliação", por sua vez, centra suas análises na defesa idealizada daquelas formas de controle. Dentro desse caminho, a procura de soluções prospectivas tornava-se difícil, pois a História não permitiria repetições cíclicas.

A alternativa que se apresentava, então, para a "conciliação" era novamente voltar ao passado; só que tratava-se de uma volta que iria repetir dois movimentos básicos que essa ideologia já havia realizado em relação à abordagem da Sociedade Civil:

- a) idealizar e transfigurar o passado;
- b) trazer como modelo, para o presente histórico que viviam esse passado transfigurado e idealizado.

Em relação ao problema do Estado o caminho de abordagem percorrido foi o mesmo: idealização e transfiguração do II Império e apelo ao modelo recriado para pautar a solução da crise estatal nos anos 30.

Assim, a "conciliação" mergulha num passado recriado para pensar os problemas contemporâneos e, com isso, fica numa posição ambígua, qual seja a de defender os interesses de um setor que paulatinamente perde sua importância relativa e, por outro lado, mostra-se pouco eficaz para pensar as formas possíveis de permanência desses setores dentro do quadro de mudanças que o período apresenta, pois refugia-se em soluções e propostas regressistas. Contudo, essa ambiguidade insere-se

numa outra, de caráter mais amplo. Se há ineficácia prática, sob um ângulo, ela é parcialmente resolvida pela presença, na "conciliação", de uma idéia que se mostraria eficaz: a da elasticidade a que nos referimos anteriormente, o que significa dizer que a "conciliação", em várias passagens, deixa em aberto a questão dos regimes, desde que o Estado, em última instância, preserve intocadas as características básicas da estrutura agrária brasileira. E foi essa oscilação entre a defesa exaltada de um regime e, ao mesmo tempo, de forma ambígua, a percepção de que, afinal, o fulcro da questão não se encontrava atida ao nível da discussão do regime, mas sim à permanência de um tipo de Estado, capitalista, que permitiu à "conciliação" representar, a longo prazo, nesse aspecto, a defesa dos interesses de permanência dos setores agrários tradicionais, no Brasil.

Essas considerações levam a constatar na "conciliação", em suas reflexões sobre o Estado, algumas características básicas.

Preferencialmente, o Estado deve ter sua sustentação básica nos setores agrícolas. Para a crise dos anos 30, é invocado como modelo um tipo de regime para realizar as rearticulações de poder e manter os interesses dos referidos setores: o regime monárquico brasileiro. O passadismo dessa proposta torna-se ambíguo quando se propõe a abertura para diferentes tipos de regime desde que o Estado, a longo prazo, assegure a permanência do "universo agrário". É essa atitude ambígua que coloca a "conciliação", de forma contraditória, como uma defensora com relativo grau de eficácia dos interesses oligárquicos.

Historicamente nos anos 30 foi a citada idéia de elas

ticidade frente à possibilidade de diferentes inserções dos setores agrários em regimes embasados em diferentes ideologias, que se mostrou instrumental para a entrada das oligarquias agrárias no quadro da nova aliança de frações de classe dominante, durante o Estado Novo.

Entendendo a década de 30 como uma fase-chave de transformações no capitalismo brasileiro, como encarar, afinal, a ideologia da "conciliação"?

Acreditamos que ela não se constituiu, enquanto uma das vertentes da ideologia dominante, na ideologia "de ponta" da burguesia brasileira em seu conjunto. Ela não forneceu, devido à sua origem de classe, parâmetros para pensar, seja ao nível da abordagem econômica, política, jurídica, ou sociológica, as modificações por que passava o capitalismo brasileiro, nesse período. Problemas como o da industrialização, da reformulação da importância do setor agrícola, o da necessidade de propor novas formas de estabelecer o domínio de classe sobre o operariado, além dos problemas decorrentes classes, como o da unificação do mercado interno, o da realocação do capital, da reformulação das bases de poder em função da crise do Estado oligárquico tradicional etc... não foram incorporados pela "conciliação".

A explicação básica para esse fato encontra-se nas próprias ligações de classe da referida ideologia. Ela representa os interesses de frações de classe que encontra-se em processo de perda de importância histórica mas que, ao mesmo tempo, compreende sua importância presente (e futura) no processo de reprodução ampliada do mundo burguês-industrial-urbano. A "conciliação", marcada por esse substrato de classe, vai se pautar em suas análises, pela procura de um passado agrário mi-

tificado e que servisse de referencial chave para a solução dos problemas presentes na época. Nessa perspectiva dificilmente encontrariam lugar, na "conciliação", as questões atinentes às tarefas que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro colocava, no período.

No entanto, é preciso relativizar e objetivar os problemas. O desenvolvimento capitalista brasileiro, retardatário e periférico, não implicou na destruição das oligarquias. Pelo contrário, o próprio processo de industrialização tem como contrapartida a dependência dos setores agrários. E é esse fator que implica na permanência, como dissemos, tentacular, desses mesmos setores, no plano político e ideológico, mesmo quando eles vêm sua importância global relativizada, a partir de 1930. E para nossa análise, sobre ideologia, esse conjunto de fatores assume relevância, pois nos leva a não menosprezar a importância e a permanência dos produtos ideológicos do setor agrícola no conjunto da vida nacional. No caso da ideologia da "conciliação" essa constatação, é primordial. Ela não se constituiu num sub-produto histórico ligado a setores decadentes e que logo teriam desaparecido ou se dissolvido sob diversas formas, inodoras, na formação social, conforme aqueles setores perdem o fulcro de sua relevância (como se deu com as ideologias "românticas" sobre o sul escravagista dos EUA). Pelo contrário, a "conciliação" não está ligada a setores que desapareceram ou se dissolveram na formação social, a partir de 1930, sob formas residuais, e guarda uma permanência, na formação social brasileira efetiva, o que reflete a persistência de importância relativa que guardam os setores que representa.

E é a partir desse conjunto de contradições que envol-

vem a ideologia da "conciliação" que ela deve ser posicionada: não é a ideologia "de ponta" para o conjunto da burguesia dos anos 30, mas também não gira fora desse processo de transformações. É a ideologia dos setores agrícolas que, se perdem parcelas de sua importância global, por um lado, continuam a ter importância relativa dentro dos próprios quadros em que se estrutura o novo padrão de acumulação a partir de 1930. E enquanto tal a "conciliação" tem um pé num passado idealizado, e aí circula o fulcro de seu discurso, e um pé no presente, na medida em que esse passado idealizado é alimentado por uma força social presente e nada fantasmagórica.

Arquivo de Documentos

Diferentemente do que aconteceu com a ideologia da "conciliação", a ideologia autoritária representa, nos anos 30, os interesses da burguesia brasileira em seu conjunto. Ela fornece as bases justificativas para a implementação e efetivação das tarefas que se colocavam, no período, para o conjunto dos setores dominantes.

Para desenvolver o embasamento dessa afirmativa é necessário ter em mente os dados históricos que abordamos no II capítulo desse trabalho, extraindo um aspecto fundamental deles, que diz respeito ao papel do Estado nesse entrecho histórico. Em seus aspectos cruciais, desenvolvemos as seguintes idéias acerca dessa questão:

- a) o Estado brasileiro, nos anos 30, assumiu um regime plenamente configurado nos moldes estruturais de atuação do Estado capitalista e que, enquanto tal, teve demarcados seus horizontes de atuação em relação à sua articulação de classes;
se;
- b) a partir dessa perspectiva de base é que se tornava possível compreender o problema atinente ao inchamento do poder estatal que se constata no período;
- c) esse inchamento estava articulado à realização de uma série de tarefas ligadas ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, específicas e originais;
- d) essas tarefas, basicamente, foram: a de complementação da atuação histórica de uma burguesia industrial retardatária e periférica, a de extrair parcelas de poder das oligarquias agrárias, em vários níveis, mantendo, contudo, a permanência estrutural dos setores agrícolas, a de agir como me

diador e como representante privilegiado da efetivação da aliança de classe entre essas duas frações, a de montar um esquema de dominação vertical, via sistema corporativo, a de unificação do mercado interno, o de intento de centralização e racionalização das políticas econômicas etc...;

e) todo esse conjunto de políticas estatais realizava dois objetivos básicos: responder às injunções de transformação do capitalismo brasileiro e assumir tarefas de concretização dos interesses burgueses, em seu conjunto, num momento em que o conjunto da classe não apresentava nenhuma fração capaz de, por si, realizá-las.

Agora, se na longa duração, é possível perceber o núcleo da questão, na conjuntura daquele momento histórico não foi sem fricções de peso que os setores dominantes acabaram por aceitar, em maior ou menor grau, esse tipo de ação estatal. É importante ressaltar esse ponto, na medida em que esses descompassos entre o limite de consciência da classe dominante e as injunções que lhe são impostas historicamente e que se resolvem, como no caso brasileiro analisado, pelo privilégio da ação do Estado, às vezes com grande dose de descontentamento por parte de segmentos da própria classe, a quem essa ação privilegia, pode obscurecer o real conteúdo de classe dessa própria ação estatal. A impressão que superficialmente se tem é a de que o Estado descolou da sociedade, o que, aliás, no caso brasileiro, se revelou como um manancial ideológico importante para a defesa do Estado Novo, por parte de seus ideólogos, que batalhavam na tentativa de justificar o que eles chamavam de Estado autoritário acima das classes sociais, de seus interesses, pressões e projetos.

Contudo, como tentamos demonstrar, apesar de reclamos

de frações dominantes contra o aumento do poder estatal, foi exatamente aos setores dominantes, em seu conjunto, que ela se articulou.

Relembrados esses dados históricos que havíamos desenvolvido anteriormente, vejamos como a ideologia autoritária, através de seu discurso, vai se colocar como a ideologia "de ponta" da burguesia do período. Como caminho de exposição seguiremos o mesmo curso percorrido para a análise da ideologia da "conciliação", isto é, procuraremos ver como os ideólogos do autoritarismo encaravam Sociedade Civil e Estado e quais as conseqüências dessa abordagem para a formulação de propostas e soluções para os impasses dos anos 30.

Sociedade Civil, para a ideologia da "conciliação", no Brasil, está intimamente associada à idéia de predominância do que ela chama de clãs familiares e feudais como base da formação social brasileira:

"Clã feudal e clã parental, já o vimos, eram, desde o primeiro século, puras organizações rurais voltadas ambas à defesa pessoal dos seus membros, exclusivamente consagradas a este objetivo privado. Ora, esta motivação privatista passou a ser a força íntima inspiradora dos nossos 'clãs eleitorais', como de nossos 'partidos políticos', provinciais ou nacionais. Estes ficam sendo, assim, simples organizações de interesse privado com funções no campo político. E, até agora, nunca puderam libertar-se. Mesmo os grandes partidos nacionais dessa eiva trazida pela sua

composição basilar" (1).

"Tal a permanência, tal a estabilidade dos dois complexos: o complexo de feudo e o complexo do clã parental - os únicos que chegamos a organizar solidamente... O meio histórico e o meio constitucional - um e outro sempre dominados por preocupações descentralizadoras e municipalistas - têm sido propícios à conservação e vitalidade destes dois complexos: e eles aí estão vivazes e insidiosos, hoje como há trezentos ou quatrocentos anos passados" (2).

A formação de nossa Sociedade Civil a partir desses "complexos" representa para a ideologia autoritária uma base extremamente negativa de solidificação da mesma. Prevaecem os esquemas privados de poder em detrimento da criação da esfera do público no país. A vida política torna-se um veículo de transmissão ampliada dos interesses particularistas e a integração no plano nacional torna-se impossível.

O complexo do feudo e do clã parental que formam os pilares da constituição da Sociedade Civil trazem, também, do ponto de vista da ideologia autoritária, consequências funestas para as possibilidades de criação de um espírito público no seio do "povo-massa".

(1) VIANA, Oliveira - Instituições Políticas Brasileiras, Fundamentos Sociais do Estado (Direito Público e Cultura), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1949.

(2) Ibid.

"Democratizando bruscamente a capacidade eleitoral (lei de 21 de outubro de 1821) e-la instituiu - com uma amplitude que nem hoje temos - o sufrágio universal. Passaram, em consequência, a ser eleitores - em pé de igualdade com a antiga 'nobreza da terra' - todos os residentes da colônia, maiores de 21 anos, mesmo os analfabetos, mesmo os mestiços. Toda a peonagem das cidades. Toda a peonagem dos campos. Toda esta incoerente população de pardos, cafuzos e mamelucos infixos que vagueiavam então pelos domínios" (3).

"Esta multidão de plebeus sem terra, que formava o clã feudal, virará, de improviso, em 'cidadãos' - e isto para efeitos eleitorais puramente e como fator numérico.

Já agora os magnatas locais não chegam, aos comícios sozinhos como no período colonial; vêm rodeados da massa de seus moradores, dos seus clãs - dessa numerosa multidão de dependentes e protegidos que, em torno deles vemos se concentrar, obscuramente, durante o período colonial e que agora os cercam em ostensivos magotes, coesos e disciplinados..." (4).

(3) VIANA, Oliveira - op. cit.

(4) Ibid.

Para agravamento dessa situação inorgânica da Sociedade Civil brasileira os ideólogos do autoritarismo apontam o problema da superposição artificial a esse substrato "feudal e parental" da ideologia liberal:

"No dia em que se tiverem dissipado completamente do nosso espírito as últimas névoas formadas pela ilusão democrático-liberal, sentiremos acanhamento, senão positiva vergonha, ao lembrarmo-nos que assistimos, durante tantas dezenas de anos, ao grotesco funcionamento de um simulacro de sistema representativo, tão alheio às nossas realidades nacionais, que não sabíamos sequer executar fielmente a imitação das suas exterioridades" (5).

"A prática do sufrágio universal e da eleição direta no Brasil fornece realmente assunto mais adequado a servir de matéria-prima ao humorista, que ao estudo sério do historiador" (6).

Outra característica negativa que tem sua origem na formação de nossa Sociedade Civil revela-se na "incapacidade" das elites agrárias para forjar uma ordem política condizente com a realidade nacional:

"Em 1822 tratou-se de edificar um Brasil inde-

(5) AMARAL, Azevedo - O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938.

(6) Ibid.

pendente que em última análise se parecia muitíssimo com o casarão arcaico que as cortes de Lisboa estavam remendando em Portugal. Em 1889, em vez de absorver a ideologia revolucionária francesa através da demagogia lisboeta, como se fizera no momento da Independência, copiamos as instituições dos Estados Unidos, deformando-as em uma tradução reles do federalismo da Constituição de Filadélfia" (7).

O privatismo, a inorganicidade, o não-solidarismo, a ausência de espírito público, essas as características da Sociedade Civil brasileira segundo a ideologia autoritária.

Visão radicalmente diferente daquela encarada pela ideologia da "conciliação". Enquanto esta enaltecia as condições de auto-sustentação e de auto-reprodutibilidade da Sociedade Civil "agrarista", a ideologia autoritária vê esta última a partir de um ângulo crítico exacerbado.

E, nesse sentido, a ideologia autoritária mostra-se mais sintonizada com o processo histórico: ela não vai procurar preservar intocada a posição das oligarquias agrárias, como fizera a "conciliação": ao contrário, seu discurso reflete e assimila a perda relativa de poder desses setores de modo a lhes endereçar uma ofensiva. É, em parte, esse desligamento parcial que a ideologia autoritária realiza frente aos interesses do setor agrícola que vai lhe permitir ser uma ideologia voltada para as tarefas novas que o capitalismo bra

(7) AMARAL, Azevedo - "A Revolução Brasileira", in Cultura Política, Revista Mensal de Estudos Brasileiros, ano I, nº 5, Rio de Janeiro, 1942.

sileiro impunha às frações da classe dominante. A necessidade de rearticular o lugar e o papel da Sociedade Civil, a partir do prisma de injunções concretas, encontra eco no pensamento autoritário na medida em que descarta pontos de vista "regressistas" ao analisar o legado da sociedade rural brasileira. Esse ponto tornar-se-á mais claro quando passarmos à análise da visão do Estado que essa ideologia portava.

Em relação à questão global do Estado a perspectiva da ideologia autoritária está circunscrita aos parâmetros de definição de um Estado capitalista, no que ela não se distingue da "conciliação". No tocante ao problema de regime, o modelo ideal traçado é o do Estado autoritário. A idéia básica em torno da qual gira o modelo de Estado autoritário é a de que está ligado à consecução de uma grande missão nacional:

"Não se fez ainda um grande ideal coletivo em torno do qual gravitem as energias nacionais numa polaridade espontânea e consciente, como acontece com o inglês, o alemão, o francês, o americano, o japonês ou o romano antigo - povos na subconsciência de cuja psiquê coletiva lateja e freme uma sorte de pressentimento místico da função do Estado como órgão supremo de uma grande missão nacional" (8).

"Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado - um Estado soberano,

(8) VIANA, Oliveira - Populações Meridionais do Brasil, Edição Paz e Terra, Coordenação da Fundação Oliveira Viana, Rio de Janeiro, 1974.

incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional" (9).

A partir dessa idéia, a de que o Estado é portador de uma grande "missão nacional", desdobram-se outras. A primeira delas, é a de que, na ausência, no Brasil, de uma "cultura política" do tipo liberal que embase algum tipo de organização da Sociedade Civil, é o Estado quem deve assumir a posição de tutelar e dirigir "o povo na consciência perfeita e clara de sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico" (10).

A segunda é a de que esse Estado deve anular a herança funesta da Sociedade agrária para a vida pública brasileira, impondo uma ordem política unitária, centralizada e soberana, em oposição aos particularismos, à descentralização política e aos complexos feudais e parentais.

Diante desse quadro de balanceamento entre o peso da Sociedade Civil e do Estado, este último é colocado pelos ideólogos do autoritarismo num espaço supra-classista e como catalizador do nacional que, por sua vez, também é uma idéia que se pretende acima das classes:

"O ponto vital nessa matéria é que o Estado e a Nação se identifiquem, isto é, que a última possa realizar os seus desígnios e seguir os rumos traçados pela sua vontade coletiva, através do exercício das funções do poder público. O método preferível para

(9) VIANA, Oliveira - op. cit.

(10) Ibid.

assegurar essa identificação do Estado e da Nação, que é em última análise, a finalidade do sistema representativo, deve ser aquele que mais se conforme com as realidades da situação apresentada em cada caso nacional" (11).

Mas afinal de contas não bastaria decretar a inexistência da Sociedade Civil e das articulações desta com o Estado, em função de idéias de transcendência, para que elas desaparecessem da concretude histórica. Com efeito, se por um lado, a ideologia autoritária joga com idéias-símbolo de Estado-Nação, num plano abstrato, por outro ela imporá parâmetros bastante concretos para definir o lugar da Sociedade Civil na "ordem autoritária" e o tipo de relações que ela deve ter com o Estado. Esses parâmetros concretos traduzem-se na implantação da ordem corporativa:

"Foi da previsão das possibilidades do conflito entre as combinações capitalistas e as corporações trabalhistas que surgiu a idéia de uma renovação profunda do conceito de Estado, para elaborar em torno de organizações estatais, preparadas para intervir com eficácia na esfera econômica, um sistema corporativista de produção e de distribuição da riqueza" (12).

(11) AMARAL, Azevedo - O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938.

(12) Ibid.

"O princípio sobre o qual se baseia a idéia do Estado corporativo é o da representação da Sociedade por meio de órgãos que constituem os núcleos dos grupos econômicos e profissionais. De acordo com essa teoria, é dos sindicatos que devem partir, para conseguirem no Estado, as expressões múltiplas das correntes que formam, no seu conjunto, a vontade nacional e podem ser consideradas como autênticas forças representativas da nação" (13).

Enquanto na ideologia da "conciliação" a problemática do conflito era resolvida via mecanismos e características da Sociedade Civil "agrarista": mobilidade social, democracia étnica, pacifismo, cordialidade etc..., na ideologia autoritária o conflito é quebrado na ação estatal-corporativa. Neste particular, a necessidade de quebra de autonomia do movimento operário é sentida com grande agudeza por parte dos ideólogos do autoritarismo:

"De ano para ano os problemas, suscitados em grande parte pelas condições novas da nossa vida industrial, mas sobretudo agravada pela ação deliberada dos agitadores, empenhados em transplantar para o nosso meio ideologias extremistas que floresciam em outras terras, assumiam aspecto mais grave, reclamando cada vez mais medidas capazes de permitir a sua solução por forma inteligente e equilibrada" (14).

(13) AMARAL, Azevedo - op. cit.

(14) Ibid.

Essa forma foi a corporativista e representou o mecanismo básico de controle vertical durante o Estado Novo. Por sua vez, o Estado autoritário é definido pelos seus ideólogos como um tipo de Estado específico frente a outros modelos:

"O estilo do Estado Novo Brasileiro acha-se, portanto, imune de quaisquer contaminações das influências dos regimes totalitários, tanto comunista como fascista. Não tem, é claro, nenhum parentesco, também com as formas da democracia liberal, em cujo círculo o Brasil foi detido durante mais de um século, dissociado das raízes vitalizadoras do passado nacional..." (15).

Ele se distinguiria dos "totalitarismos" por obrigar apenas "o cidadão a integrar-se à coletividade no que deve e não pode deixar de pertencer a ela, mas deixa-lhe intacta a órbita em que impera soberana a sua consciência, ~~peço~~ e na qual se concentram os interesses especiais que são a ele dizem respeito" (16). Nos "totalitarismos" encaram-se os "indivíduos como meras unidades a serem utilizadas na organização estatal como elementos destituídos de iniciativa e de liberdade..." (17).

A ideologia autoritária realmente representa uma vertente específica da ideologia dominante, no Brasil. Porém, os argumentos que seus ideólogos utilizam para definir essa es-

(15) AMARAL, Azevedo - op. cit.

(16) Ibid.

(17) Ibid.

pecificidade estão inteiramente circunscritos à própria justificativa dessa ideologia. São "ideologias" em relação à própria ideologia. Isto é visível quando eles procuram opor a ideologia autoritária ao que chamam de totalitarismo (o nazismo, o fascismo, o comunismo), quando assentam a base da diferenciação no grau de autonomia que percorre a trilha indivíduo-coletividade-Estado. No autoritarismo essa trilha reforçaria o Estado, identificando a ação deste com a coletividade-Nação, deixando uma parcela de autonomia de ação para o indivíduo desde que essa parcela não entre em conflito com o binômio Estado-Nação. Esta apreensão da referida trilha, segundo a ideologia autoritária, difere da trilha percorrida pelo totalitarismo onde o Estado "enguliria" os dois outros termos: coletividade e indivíduo. O primeiro dado a se observar é que os próprios pontos de partida para efetuar a análise comparativa estão desfocados. No caso do conceito do totalitarismo a associação de idéias é extremamente simplista; assimila-se à idéia de Estado a de amputação global de autonomia da coletividade e do indivíduo. As questões atinentes ao significado das relações de produção e de propriedade nos casos alemão, italiano e soviético são descartadas. O problema atinente à expansão do capital financeiro e às conseqüências dessa expansão na Rússia czarista, na Alemanha e Itália não é trazido à tona. O significado histórico diferencial de cada caso não é assimilado pelos ideólogos do autoritarismo. Eles reificam as aparências superficiais e as erigem em conteúdo de diferenciação global. Por seu turno, no caso da auto-definição que o "autoritarismo" efetiva, cabem as seguintes perguntas: que tipo de Estado é o autoritário frente à estrutura de classes? como se falar em interesses coletivos, nacio-

nais em uma sociedade de classes? por que analisar o problema do "cidadão" nos quadros dos direitos civis e não políticos?

A resposta a essas questões é dada, ao nível teórico-ideológico deslocando o eixo do problema para a esfera de transcendência onde pairam as idéias de Estado e Nação.

Esse mecanismo pode funcionar, efetivamente, no quadro do discurso autoritário na medida em que ele circula em torno de justificativas, montadas a priori, e que se movimentam numa linha circular. Realmente, não é a partir do próprio discurso autoritário que se pode detectar a especificidade dessa ideologia. A partir de onde realmente é possível encontrar essa especificidade? Ela só é possível de ser detectada em função do papel que ela exerce frente às transformações concretas por que passa o capitalismo brasileiro nos anos 30.

Como vimos no capítulo II, todo o circuito do processo de transformações burguesas do período passa pelo Estado: e é essa instância que vai atuar como coordenadora dos interesses burgueses em todos os seus níveis.

E é como fonte justificadora desse processo, que atende, em última instância, os interesses dos setores dominantes, que a ideologia autoritária deve ser compreendida, e é a partir desse ângulo que ela deve ser enfocada.

Sua especificidade é a especificidade do movimento histórico do período. Realmente, o Estado Novo não é representante dos interesses de constituição do capital financeiro no país. Não é catalizador de um impulso expansionista militar em prol da ocupação de um lugar na cadeia imperialista. Não assentou as bases de um partido único, monolítico, colado à

ação estatal, como também não articulou esquemas de mobilização política nos moldes italiano e alemão. Não⁴ se colocou a tarefa de criação de um aparato repressivo global e não mostrou a estrutura hierárquica estatal presente nos quadros do nazismo e do fascismo.

O Estado Novo está ligado às tarefas que o capitalismo retardatário e periférico impunha à ordem burguesa existente no Brasil. O Estado Novo atuou basicamente no sentido de compor nova aliança entre as frações da classe dominante e na direção da absorção do conflito social para dentro do Estado, através do esquema corporativo. Ao nível econômico atuou no sentido de propiciar, no conjunto da economia, o processo de ascensão do novo pólo de acumulação industrial, sem atacar, no seu núcleo, a agricultura tradicional. É desnecessário repetir os aspectos derivados dessa atuação. O que importa salientar é que esse tipo de atuação requereu um inchaço do poder estatal, porém, proporcional ao conjunto de injunções que o momento colocava para o conjunto da classe dominante que, por sua vez, as deslocou para o Estado, nitidamente representante dos interesses dessa última.

É através dessa compreensão do Estado Novo, em sua concretude histórica que se pode detectar a especificidade da ideologia autoritária. Ela foi o sustentáculo justificativo de um momento específico da consolidação da ordem burguesa nacional. Neste momento, o Estado assumiu um papel-chave para efetivar aquele movimento de consolidação e foi isso que permitiu a configuração original da ideologia autoritária com sua atuação reificadora do papel estatal.

Nessa perspectiva, é fácil perceber o porquê do distanciamento da ideologia autoritária da ideologia liberal. Es

sa última não poderia fornecer, devido às suas ligações de classe, com os ultrapassados esquemas de domínio oligárquico, as bases para pensar o problema das transformações. Esse aspecto torna-se evidente quando vemos os ideólogos do autoritarismo exaltarem os "complexos culturais" das democracias liberais dos países hegemônicos (apesar de não o fazerem sem reservas) e contrapô-los ao que chamavam de farsa democrática, no Brasil. A ideologia autoritária apercebia-se da insuficiência do liberalismo oligárquico brasileiro no sentido de fornecer as bases para pensar o problema das transformações.

Essas afirmações que estamos fazendo, cabe lembrar, não implicam que os ideólogos do autoritarismo tivessem um grau de consciência relativo acerca do que representavam, efetivamente, essas "transformações". Para eles, desde Alberto Torres a percepção das necessidades de mudança davam-se em função de fatores como premência de se realizar adequações institucionais e constitucionais, injunção de se criar o poder público no país, necessidade de rearticular a questão do significado político do município, adequar o aparato jurídico ao "país real" etc... A perspectiva em que era enquadrado o processo de transformação de que o país precisava, ficava restrito, ao nível de consciência dos ideólogos do autoritarismo, a uma abordagem jurídico-institucional. É importante salientar esse aspecto, pois senão podemos ser levados a super-estimar o limite de consciência que a ideologia autoritária comportava.

Contudo, a História e seu intercurso não estão restritos e determinados pelo nível de consciência dos agentes envolvidos à cena histórica. O processo histórico, em seu caráter

estrutural, direciona e desdobra os níveis de conscienciados agentes conjunturais para caminhos que os transformam e os redefinem.

Se o horizonte de consciência da ideologia autoritária era limitado pelos marcos a que nos referimos, o desdobramento concreto dessa ideologia vai se inserir num conjunto de transformações qualitativa e quantitativamente bastante ampliados e diferenciados daqueles marcos.

E aqui retornamos ao ponto de partida de nossa análise sobre a ideologia autoritária: a conclusão é de que a visão por ela veiculada, sobre Estado e Sociedade Civil, comprovam que ela se constitui na ideologia "de ponta" do conjunto da burguesia, nos anos 30.

Ela não se liga à defesa das frações dominantes que paulatinamente perdem sua importância política e econômica decisiva no cenário nacional. Fornece as bases justificativas (a. representação corporativa) para a emergência da atuação da burguesia industrial, ao mesmo tempo que assegura, em novos moldes, a permanência a longo prazo dos setores agrícolas, também via Estado. É instrumental, quanto às fórmulas de controle que propõe para quebrar a autonomia do movimento operário, submetendo a mão-de-obra aos interesses do capital (novamente via corporativismo). Sua perspectiva ligada à desmobilização política justifica o afastamento da cena política, das pressões dos segmentos das camadas médias que pretendiam a ampliação da sua participação política.

Por outro lado, a insistência na desmobilização política vai atuar no sentido de mitificar a despolitização da Sociedade Civil (que é vista sob o ponto de vista estrito da atuação profissional de cada indivíduo) e do próprio Estado,

que passa a ser a instância neutra que atua acima dos interesses de classe, no sentido de atingir os transcendentes objetivos nacionais.

A ideologia autoritária, ainda, vai fornecer os parâmetros ideológicos para a constituição de um Estado aglutinador de tarefas relativas ao planejamento econômico, à unificação do mercado, ao financiamento, à coordenação setorial etc ...

Dessa maneira, podemos entender o porquê do ataque ferrenho à Sociedade Civil "agrarista" e o porquê da defesa de um "Estado soberano, centralizado, unitário, incontrastável". Tratava-se de se desfazer de um antigo padrão de acumulação, embasado na agricultura e apontar caminhos para a articulação de uma estrutura produtiva mais complexa, de um quadro político diferenciado, onde o Estado jogaria um papel fundamental. A ideologia autoritária embasou esse papel e, ao fazê-lo, respondia, afinal de conta, aos interesses da burguesia brasileira em seu conjunto, ainda que, logicamente, as diferenças de benefícios para suas frações, com essa nova fase de transformações do capitalismo brasileiro, tivessem de ser, necessariamente, desiguais.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, vimos uma das articulações possíveis entre a ideologia da "conciliação", a ideologia autoritária e as frações da burguesia brasileira nos anos 30.

Analisamos o período histórico, em seus traços fundamentais, apontando a mudança paulatina do eixo da acumulação da agricultura para a indústria, a crise de recomposição do bloco no poder, a presença de novos pólos de poder entre as frações dominantes e o tipo de inserção da classe operária, na cena política, entre 1930-35 e de 1935 até a instauração do Estado Novo. Em seguida, mostramos de que maneira o entendimento que a "conciliação" tem de Sociedade Civil e Estado permite que a veiculemos, politicamente, aos interesses de preservação das oligarquias agrárias num momento em que estas sofrem um processo de perda de importância relativa se recordamos sua importância em fases anteriores da História Nacional.

Por outro ângulo, observamos que o Estado mostra-se, no trecho referido, basicamente a partir de 1935-37, como instância com larga margem de autonomia relativa e que, através de seus aparelhos, efetua políticas dirigidas para superar "as crises" do período e rearticular os liames da dominação burguesa, no Brasil. Nessas condições, e para poder efetuar as referidas políticas, há um grande aumento do poder estatal concomitante a montagem de esquemas de desmobilização e de representação corporativa, que levam ao fechamento do espaço de debate, participação e pressões políticas pelos canais representativos, pela imprensa, pela mobilização popular etc... A ideologia justificadora do regime do Estado No-

vo foi a autoritária-desmobilizadora e, como já dissemos anteriormente, ela se constituiu na ideologia do ⁴ conjunto da burguesia brasileira, entre 1935 e 1937. Isto na medida em que ela oferecia os parâmetros para refazer o sistema de alianças ao nível das frações dominantes (via Estado) e, ao mesmo tempo, barrar as pressões por participação política advindas do operariado e segmentos das camadas médias (barreira que, novamente, é imposta através do Estado). Por sua vez, o modo como a ideologia autoritária entrevia Sociedade Civil e Estado permitiram que estabelecessemos a articulação acima exposta.

Uma pergunta que pode assomar, após a exposição do trabalho, é a seguinte: como foram efetivadas, no contexto dos anos 30, passagens tão bruscas, por parte das frações dominantes, de uma concepção ideológica para outra? Até 1934, ano da Constituição, as oligarquias agrárias demonstravam um consenso significativo diante da excelência do ideário liberal (por motivos já vistos); contudo, de 1935 em diante, até a missão Negrão de Lima, decresce a crença na referida ideologia e se cristaliza a opção pela ideologia autoritária. Quais os motivos profundos dessa aparente incoerência ideológica? No plano da ideologia da "conciliação", como se deu a passagem entre, primeiramente, o enaltecimento do universo agrário, do regionalismo, do privatismo patriarcal e depois (9 anos passados), o enaltecimento do "pensamento político do Chefe do Governo", de um governo centralizador, momentaneamente coibidor do regionalismo e do privatismo, cerceador de privilégios antigos das oligarquias agrárias? Essa postura apologética de Gilberto Freire, frente ao Estado Novo, a encontramos em um artigo seu na revista oficial do Estado No

vo, Cultura Política:

"Nenhum bacharel menos bacharelesco do que o Presidente Getúlio Vargas governou o Brasil. Nenhum inclinou-se tanto às soluções sociológicas e econômicas dos problemas, dos quais alguns têm visto e sentido de perto. Nenhum mais lido naqueles escritores antes naturalistas do que retóricos que desde Gabriel Soares de Souza..." (1).

Quais os condicionantes que propiciaram a utilização tão desinibida de diferentes passarelas ideológicas?

No tocante à mudança de orientação ideológica, que, partindo de uma postura liberal, acaba por assumir a ideologia autoritária, cabem algumas observações gerais. A primeira delas é que o próprio liberalismo apresenta, mesmo em suas formas históricas mais próximas à tipologia, como no caso da Inglaterra e dos EUA, por exemplo, muito pouco a ver com a teoria liberal acerca das "leis naturais" ou da "mão invisível" que controlam, harmônica e competitivamente, a teia de relações econômicas, políticas e sociais, entre os seres humanos. Em realidade, o liberalismo, nesses países, foi a ideologia que justificou um padrão de acumulação específico, da etapa competitiva do capitalismo. Em seguida, à medida em que o processo de concentração e acumulação de capitais se acentuava, que banco e indústria estreitavam seus laços de interesse, no momento em que começam a se exportar capitais e a se formar

(1) FREIRE, Gilberto - "A Propósito do Presidente" in Cultura Política, ano I, nº 5, Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, 1941.

novas áreas de exploração, neo-coloniais, com o consequente acirramento das relações entre os países centrais, outros esquemas ideológicos são elaborados para legitimar e incrementar a nova etapa de acumulação com variações específicas de país para país. O liberalismo, enquanto ideologia sempre mostrou grande dose de elasticidade para se adaptar às novas situações da "era dos trusts". Outra observação, ao par dessa mais geral acerca da elasticidade da ideologia liberal no seu aspecto mais amplo, diz respeito ao liberalismo brasileiro dos anos 30. A esse respeito, o fato é que as oligarquias lutaram exaustivamente, até 1935, para recuperar o poder político que detinham anteriormente, e a estratégia para tal foi a tentativa, cristalizada na Constituição de 1934, de reeditar um regime baseado no liberalismo-coronelista. Contudo, a partir do ano seguinte, a agitação da bandeira sobre o "perigo vermelho", aliada à Intentona de 1935, atemorizou os setores oligárquicos, os fez retroceder no tocante à defesa do projeto liberal, e os levou a apoiar a "Lei de Segurança Nacional, o estado de sítio, o estado de guerra e a própria reforma da Constituição" (2). Tomando como índice do liberalismo brasileiro do período, o jornal "O Estado de São Paulo", vejamos como era encarada a referida problemática:

"Do ponto de vista dos representantes do jornal, vivia-se um momento crítico da nacionalidade, em queurgia definir claramente as posições. 'Ou somos pelo comunismo - afirmava - ou somos contra ele. Se somos contra e

(2) PRADO, Maria Lígia Coelho - A Ideologia Liberal de "O Estado de São Paulo" (1932-37), Tese de Mestrado, Mimeografada, São Paulo, 1974.

le, devemos combatê-lo de todas as formas, em todos os lugares em que nos acharmos, em todos os postos que ocupamos e em todos os agrupamentos a que estamos filiados', 6.7.35"

(3).

A partir dessa perspectiva "bélica" contra o incremento da participação política assimilada a "avanço do comunismo" é que o liberalismo brasileiro, nos anos 30, abdica do seu próprio ideário e abre as comportas para o livre trânsito da ideologia autoritária e da instalação do Estado Novo. E aqui voltamos à primeira idéia exposta acerca do liberalismo, na sua acepção mais geral, que dizia respeito a sua adaptabilidade a diferentes situações históricas. Para o Brasil de 1930, a regra não ofereceu exceções. Contudo, acreditamos que há algo de específico ao caso brasileiro analisado, quando o liberalismo se auto-dissolve em prol da "solução de força". Essa especificidade encontra-se articulada ao elitismo extremo do liberalismo brasileiro que, por sua vez, liga-se à perspectiva de um extremo fechamento quanto à concepção de cidadania, no seu sentido prático.

Quando se apresenta a questão do aumento da participação popular, mesmo sob formas estritamente burguesas, o limite do liberalismo é atingido, e participação passa a ser entendida como questão atinente ao "problema comunista". Como já expusemos anteriormente, os setores dominantes possuíam interesses de várias gamas na instauração do Estado Novo. No entanto, parece-nos que o problema da ampliação das bases político-sociais do regime, em moldes não corporativistas, jo-

(3) PRADO, Maria Lígia Coelho - op. cit.

gou o papel-chave para causar a retração das oligarquias frente ao projeto liberal e levá-las a apoiar a implementação do Estado Novo, aceitar e reforçar a ideologia autoritária.

A ideologia da "conciliação", por seu turno, ao mostrar, como já observamos, fácil trânsito para a ideologia autoritária, a que razões isto se deve? Inicialmente, é preciso ressaltar que, no plano do próprio discurso dessa ideologia, apesar da constante apologia à Monarquia, como forma de governo, para projeções mais amplas sobre o tema prevalecem esquemas de raciocínio que podemos chamar de pendulares, de vez que realizam um movimento simétrico e equidistante entre pares de idéias. Esse tipo de raciocínio tem implicações importantes ao nível da proposta política, pois acabam deixando nebulosas as possibilidades de se aperceber qual, finalmente, é a própria proposta. Permitimo-nos, aqui, repetir uma citação já feita anteriormente, quando analisamos, no capítulo III, a "conciliação", pois ela ilustra bem o que definimos acima:

"Entre essas duas místicas - a da ordem e da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia - é que vem se equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos" (4).

Entre estas místicas pendulares de autoridade e democracia, ordem e liberdade, é possível soltar asas à imaginação e perspassar a História Universal das auto-denominações que os regimes sempre se deram. Mas, em realidade, essa indefinição não é gratuita. A nosso ver, ela justamente permite à "con

(4) FREIRE, Gilberto - Casa Grande e Senzala, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.

ciliação" compor com outras vertentes da ideologia dominante, e aqui, diferentemente do que aconteceu com a ideologia liberal, sem ter que auto-dissolver-se. Ao nível formal a dúvida a exime do compromisso com princípios discursivos.

No plano concreto, a adesão objetiva à ideologia autoritária permite o resguardo dos interesses básicos das oligarquias agrárias, como já foi observado no capítulo III.

O que transparece como resultado desse fácil intercâmbio entre diversas correntes da ideologia dominante é a relativa facilidade com que as frações da classe dominante entram em aliança, desde que os interesses conjuntos fundamentais sejam resguardados e fortalecidos. As alianças e concessões ideológicas fazem parte desse traço mais amplo da burguesia brasileira, o da facilidade de composição em bloco.

Pode-se argumentar que esse é um traço geral das burguesias; contudo, é preciso atentar, se a afirmação é realmente válida, para a maneira original em que o fenômeno ocorre em situações histórico-concretas, para evitar o risco de se cair na repetição dos já desgastados e repetidos ^{de}chavões sobre "leis e tendências". No Brasil de 1930, essa composição relativamente fácil e até mesmo brusca, entre 1934 e 1937, entre os vários setores da classe dominante, tem como explicação principal (e não única) a tentativa de impedir a organização relativamente autônoma dos setores dominados e de segmentos das camadas médias. Essa é, a nosso ver, a especificidade do caso brasileiro analisado quando se tenta entender a aceitação do Estado Novo por parte do conjunto da burguesia e o trânsito entre as correntes da ideologia dominante que se dá no período.

Outra questão que pode-se levantar a partir desse tra

balho é a seguinte : que tipo de relação é possível estabelecer entre a ideologia autoritária brasileira, no contexto enfocado, e a tentativa de estabelecer o conceito de autoritarismo e para enquadrar diferentes "regimes fortes"?

Em função da pesquisa realizada, acreditamos ser impraticável no caso brasileiro o estabelecimento do conceito referido, pois ele acaba não ultrapassando os próprios pressupostos e proposições da própria ideologia autoritária.

Tomemos, para demonstrar a afirmação, as concepções que Juan Linz assume ao definir a tipologia do "autoritarismo" enquanto conceito abrangente de análise:

"Regimes autoritários são sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia elaborada e diretiva (mas com mentalidades específicas), sem mobilização política intensiva, nem extensiva (exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento) e nos quais um líder (ou ocasionalmente um pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, em realidade, bastante previsíveis" (5).

A primeira observação a se fazer é que, à luz do caso brasileiro, a proposição de especificidade de existência de regimes autoritários não ultrapassa os próprios limites dos ideólogos autoritários, no Brasil, como Azevedo Amaral e Oli

(5) LINZ, Juan - "An Authoritarian Regime: Spain" in Cleavages, Ideologies and Party Systems, Erik Albarðt and Irjo Litunnem Editores, Helsinque, 1964.

veira Viana, que se batiam por essa especificidade. Este problema manifesta-se mais concretamente quando Lins define as características gerais do autoritarismo, pois ao se referir ao item desmobilização política e à forma de exercício do poder (através de um chefe ou ocasionalmente um pequeno grupo) não transborda o que, no caso brasileiro, já era assente no programa político dos próprios pensadores autoritários.

Essa impossibilidade de superar os parâmetros propostos pelos próprios ideólogos do autoritarismo no Brasil advém do fato de Lins não abordar as raízes históricas da questão: através do que recuperaria os casos concretos; mas isso, afinal, seria abandonar a opção metodológica pelas "tipologias", que leva a abordagens desprovidas de conteúdos efetivos. Suas análises "concretas" que se pretendem mais específicas que a da tipologia autoritária revelam uma visão muito colada a certas manifestações secundárias e superficiais de determinadas conjunturas. Por exemplo, ao abordar o regime brasileiro do pós-64 não o faz através da análise dos seus condicionantes estruturais, tanto ao nível histórico-concreto, como ideológico, mas sim a partir de noções imediatistas como a de "situação autoritária" ou de "dificuldades de institucionalização de uma situação autoritária"; como no trecho de uma entrevista, que reproduzimos:

"Sou levado a pensar que o caso brasileiro é muito mais o de uma situação autoritária do que a de um regime autoritário. A existência de uma situação autoritária, muito mais que um regime autoritário, é uma evidência das dificuldades que se apre-

sentam para a institucionalização desse tipo de regime" (6).

Neste texto fica claro que o movimento realizado é o de "enquadrar" uma situação histórica numa tipologia - a autoritária - ao invés de buscar os determinantes concretos do período ao qual se refere. Ao perder o enfoque dos determinantes concretos, acaba por fazer generalizações banais e imediatistas. Esse aspecto superficial que revela seu enfoque talvez esteja assentado nos próprios princípios teóricos de que parte, pois, apesar de Linz propor que sua tipologia leva em conta a originalidade do "regime autoritário", em realidade, acaba, também, por veicular a idéia de que "os regimes autoritários" constituem-se num fato transitório e que deve se resolver, afinal de contas, através de uma saída totalitária ou democrática:

"Finalmente, um terceiro conjunto de problemas aparece quando nós consideramos a dinâmica de tais regimes: como eles tornar-se-ão totalitários ou democráticos e sob quais condições" (7).

À medida em que a tipologia inclui a noção de transitoriedade, reforça mais o tipo de análise restrita que efetua a partir de dados superficiais do que chama de "situação autoritária". Essa assertiva pode ser exemplificada lembrando a idéia que Linz faz sobre a ausência de uma ideologia auto

(6) VEJA Revista - 5/12/73.

(7) LINZ, Juan - "An Authoritarian Regime: Spain" in Clea - vages, Ideologies and Party Systems, Erik Alhardt and Irjo Litunnem Editores, Helsinque, 1964.

ritária elaborada, dando ênfase à existência de uma "mentalidade autoritária". Ora, no caso concreto que analisamos, nos anos 30, a realidade mostra o oposto. Agora, o problemático é confundir a ideologia autoritária com a realidade histórico-concreta, que, em última instância, é o que Juan Linz acaba por fazer.

Nessa medida, na perspectiva de Juan Linz, é impraticável, a nosso ver, a aplicação da tipologia do autoritarismo. E, nesse sentido, a análise dos ideólogos do autoritarismo brasileiro lança luz sobre essa impossibilidade.

Após essas considerações finais que partiram da pesquisa efetuada, retomamos o que dizíamos no primeiro capítulo deste trabalho, afirmando que trata-se de uma primeira aproximação com o estudo da ideologia dominante, no Brasil, campo pouco explorado, onde buscamos propor uma hipótese possível de trabalho, a ter continuidade em pesquisas posteriores.

Arquivo de Juan Linz

BIBLIOGRAFIA

4

1. AMARAL, Azevedo:

- .Ensaio Brasileiro, Omena e Barreto, Rio de Janeiro, 1930.
- .O Brasil na Crise Atual, Brasiliense, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- .A Aventura Política do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1935.
- .O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938.
- ."Realismo Político e Democracia" in Cultura Política, ano I, nº 1, Rio de Janeiro, 1941.
- ."A Revolução Brasileira" in Cultura Política, ano I, nº 5, Rio de Janeiro, 1941.

2. BAER, Werner e VILLELA, Aníbal - "Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios de Desenvolvimento Econômico do Brasil" in Dados, nº 9, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1972.

3. BANDEIRA, Moniz - Presença dos Estados Unidos no Brasil - Dois Séculos de História, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973.

4. PASBAUM, Leôncio - História Sincera da República, 19, 29 e 39 volumes, Edições LB, São Paulo, 1962.

5. BEIGUELMAN, Paula - Pequenos Estudos de Ciência Política, Ed. Centro Universitário, São Paulo, 1967.

6. BELLO, José Maria - História da República (1889-1954), Cia Editora Nacional, 5a. ed., São Paulo, 1964.
7. CÂNDIDO, Antonio - "O Significado de Raízes do Brasil" in prefácio à 7a. edição de Raízes do Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.
8. CARDOSO, Fernando Henrique - "Notas sobre Estudo e Dependência" in Cadernos Cebrap, nº 11, São Paulo, 1973.
9. CARDOSO, Fernando Henrique - O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.
10. CARDOSO, Míriam Limoeiro - Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: J.K. - J.Q., Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
11. CARONE, Edgar:
 - .A Segunda República (1930-1937), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973.
 - .A República Velha (Evolução Política), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.
 - .A República Velha (Instituições e Classes Sociais), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970.
 - .A Primeira República (1889-1930), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969.
 - .Revoluções do Brasil Contemporâneo, DESA, São Paulo, 1965.

12. CARVALHO, José Murilo de - "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador" in Cadernos DCP, nº 1, UFMG, Belo Horizonte, 1974.
13. CASTRO, Antonio Barros de - 7 Ensaaios sobre a Economia Brasileira, Ed. Forense, São Paulo, 1ª vol., 2ª ed., 1972-2ª vol., 1971.
14. CHACON, Wamirah - História das Idéias Socialistas no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
15. COSTA, Cruz - Contribuição à História das Idéias no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
16. DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo, Difel, São Paulo, 1971.
17. FAORO, Raymundo - Os Donos do Poder. Formação do Paternato Político Brasileiro, Ed. Globo, Porto Alegre, 1958.
18. FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930 - Historiografia e História, Brasiliense, 2ª ed., São Paulo, 1972.
19. FERNANDES, Florestan - A Revolução Burguesa no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
20. FERNANDES, Heloísa Rodrigues - Política e Segurança, Alfa - Omega, São Paulo, 1974.
21. FERREIRA, Oliveiros S. - As Forças Armadas e o Desafio da Revolução, Edições GRD, Rio de Janeiro, 1964.

22. FLYNN, Peter:

- .Brazil: Ten Years of Military Control (Ms, Glasgow), 1974.
- .Class, Clientelism and Coercion: Some Mechanisms of Internal Dependency and Control, University of Glasgow, Conference, Discussion and Paper, Novembro de 1973.
- "The Brazilian Development Model: The Political Dimension" - The World Today, Novembro de 1973.

23. FREIRE, Gilberto:

- .Casa Grande e Senzala, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.
- .Sobrados e Mocambos, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1968.
- .Interpretação do Brasil, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1947.
- .Quase Política, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.
- .Ordem e Progresso, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1962.
- .Novo Mundo dos Trópicos, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- .Arte, Ciência e Trópico, (Em Torno de Alguns Problemas da Sociologia da Arte), Editora Martins, São Paulo, 1962.
- .A Casa Brasileira (Tentativa de Síntese de Três Diferentes Abordagens já Realizadas pelo Autor, de um Assunto Complexo: a Antropológica, a Histórica, a Sociológica), Grifo Edições, Rio de Janeiro, 1971.

24. FURTADO, Celso - Análise do Modelo Brasileiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

25. FURTADO, Celso - Brasil: Tempos Modernos, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.
26. GRAMSCI, Antonio - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969.
27. HOLANDA, Sérgio Buarque de:
- .Raízes do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1973.
 - .Cobra de Vidro, Livraria José Olympio Editora, São Paulo, 1944.
 - .História do Brasil, (Em Colaboração com Octávio Tarquínio de Souza), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1944.
 - .Monções, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1945.
 - .A Expansão Paulista do Século XVI e Começo do Século XVII, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1948.
 - .História Geral da Civilização Brasileira, Livraria José Olympio Editora, São Paulo, 1960, 1963.
 - .Caminhos e Fronteiras, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957.
 - .Visão do Paraíso, (Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.
 - .Índios e Mamelucos na Expansão Paulista, Livraria José Olympio Editora, São Paulo, 1949.

28. JÚNIOR, Caio Prado - Evolução Política do Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1961.
29. LAMOUNIER, Bolivar - Ideology and Authoritarian Regimes : Perspectives and a Study of the Brazilian Case, Tese de Doutorado, Mimeografada, University of California, Los Angeles, 1974.
30. LAMOUNIER, Bolivar - "Formação de Um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação", Mimeografado, 1976.
31. LEAL, Vitor Nunes - Coronelismo, Enxada e Voto, Revista Fofense, Rio de Janeiro, 1948.
32. LEITE, Dante Moreira - O Caráter Nacional Brasileiro, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1969.
33. LESSA, Carlos - "Quince Años de Política Econômica en el Brasil" in Boletín Económico de América Latina IX-2 , 1964.
34. LINZ, Juan - "An Authoritarian Regime: Spain" in Cleavages, Ideologies and Party Systems, Erik Albaradt and Irjo Litunnen Editores, Helsinque, 1964.
35. LINZ, Juan - "Regimes Autoritários" in Revista Veja, de 5/12/73.
36. LUZ, Nícia Vilela - A Luta pela Industrialização do Brasil (1808 a 1930), Difel, São Paulo, 1961.

55. SALGADO, Plínio - O Esperado, Edições Panorama, São Paulo, 1948.
56. SALGADO, Plínio - Literatura e Política, Editorial Hélios, São Paulo, 1927.
57. SANTOS, Wanderley Guilherme dos - "A Imaginação Político-Social Brasileira" in Dados, 2/3, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1967.
58. SANTOS, Wanderley Guilherme dos - "Raízes da Imaginação Política Brasileira" in Dados, nº 7, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1970.
59. SANTOS, Wanderley Guilherme dos - Paradigma e História: A Ordem Burguesa na Imaginação Político-Social Brasileira, Mimeografado, 1975.
60. SCHMITTER, Philippe - Interest, Conflict and Political Change in Brazil, Stanford, University Press, Stanford, Califórnia, 1971.
61. SCHWARTZMAN, Simon - "Representação e Cooptação Política no Brasil" in Dados, nº 7, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1970.
62. SCHWARZ, Roberto - "As Idéias Fora do Lugar" in Estudos Cebrap, nº 3, Editora Brasileira de Ciência Ltda., São Paulo, 1973.

37. MARTINS, Carlos Estevam - "Brasil Estados Unidos dos 60 aos 70" in Cadernos Cebrap, nº 9, São Paulo, 1972.
38. MARTINS, José de Souza - Conde Matarazzo: o Empresário e a Empresa. Estudo de Sociologia do Desenvolvimento , Hucitec, 2a. ed., São Paulo, 1973.
39. MARTINS, Luciano - "Política das Corporações Multinacionais na América Latina" in Estudos Cebrap, nº 5, São Paulo, 1973.
40. MARX, Karl - La Ideologia Alemana, Ediciones Grijalbo S/A, Barcelona, 1970.
41. MARX, Karl - A Questão Judaica, Gráfica Editorial Laemmert S/A, Rio de Janeiro, 1969.
42. MARX, Karl - Crítica de la Filosofía del Derecho de Hegel, Ediciones Nuevas, Buenos Aires, 1968.
43. MARX, Karl - O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969.
44. MEDEIROS, Jarbas - "Introdução ao Estudo do Pensamento Autoritário Brasileiro" in Revista de Ciência Política , nºs. 16, 17, 18 (em continuidade), FGV, Rio de Janeiro, 1974.
45. MELLO, João Manuel Cardoso de - "O Capitalismo Tardio", Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1975.

46. MOTA, Carlos Guilherme (org.) - Brasil em Perspectiva ,
Difel, São Paulo, 1968.
47. MOTA, Carlos Guilherme - "A Historiografia Brasileiranos
Últimos Quarenta Anos: Tentativa de Avaliação Críti-
ca" in Debate e Crítica, nº 5, Editora de Humanismo,
Ciência e Tecnologia, "Hucitec" Ltda., São Paulo, 1975.
48. OLIVEIRA, Francisco de - "A Economia Brasileira: Crítica
à Razão Dualista" in Estudos Cebrap, nº 2, São Paulo,
1972.
49. PAIM, Antonio - História das Idéias Filosóficas no Bra-
sil, Editora da Universidade de São Paulo, Editorial
Grijalbo Ltda. São Paulo, 1974.
50. PEREIRA, Luiz - Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento,
Livreria Pioneira, São Paulo, 1972.
51. POULANTZAS, Nicos - Fascismo e Ditadura, Ed. Siglo Vein-
tiuno Editores, México, 1971.
52. REIS, Fábio Wanderley - "Brasil, Estado e Sociedade em
Perspectiva" in Cadernos DCP, nº 2, Belo Horizonte ,
1974.
53. RICARDO, Cassiano - A Marcha para o Oeste, Editora da U-
niversidade de São Paulo, São Paulo, 1970.
54. RODRIGUES, José Honório - Interesse Nacional e Política
Externa, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

63. SERRA, José - "A Reconcentração da Renda: Crítica a Algumas Interpretações" in Estudos Cebrap, nº 5, São Paulo, 1973.
64. SILVA, Hélio Ribeiro - O Ciclo de Vargas, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964-1969 (7 vols.).
65. SKIDMORE, Thomas E. - Politics in Brazil, 1930-1964 - An Experiment in Democracy, Oxford University Press, Nova York, 1967.
66. SINGER, Paulo I. - Economia Política da Urbanização, Ed. Brasiliense, Edições Cebrap, São Paulo, 1973.
67. SOBRINHO, Barbosa Lima - Presença de Alberto Torres, (Sua Vida e Pensamento), Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
68. STEPAN, Alfred - The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil, Princeton University Press, Princeton, Nova Jersey, 1971.
69. TAVARES, Maria Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaios sobre Economia Brasileira, Zahar, Rio de Janeiro, 1972.
70. TORRES, Alberto - A Organização Nacional, Ed. Nacional, São Paulo, 1933.
71. TORRES, Alberto - O Problema Nacional Brasileiro, Ed. Nacional, São Paulo, 1931.

72. TRIAS, Eugênio - Teoria de las Ideologias, Ediciones 62 S/A, Barcelona, 1970.

73. TRINDADE, Hêlgio - O Integralismo, D.E.L., São Paulo , 1974.

74. VIANA, Oliveira:

.Direito do Trabalho e Democracia Social, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1951.

.Evolução do Povo Brasileiro, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1933.

.O Idealismo da Constituição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1927.

.O Idealismo na Evolução Política do Império e da República, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro , 1922.

.Instituições Políticas Brasileiras, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1949.

.O Ocaso do Império, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1925.

.Populações Meridionais do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1922.

.Problemas de Política Objetiva, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1930.

75. WEEFORT, Francisco, C.:

."Participação Social e Conflito Industrial: Contagem e Qsasco, 1968" in Cadernos Cebrap, nº 5, São Paulo, 1972.

."Raízes Sociais do Populismo em São Paulo" in Revista Civilização Brasileira, nº2, Rio de Janeiro, 1965.